

ÍNDICE

BALANÇO PATRIMONIAL.....	2
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	4
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
1) – CONTEXTO OPERACIONAL.....	6
2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	9
3) – DISPONIBILIDADES	10
4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	10
5) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS	11
6) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”	11
7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE DURANTE O PROGRAMA DE RACIONAMENTO	13
8) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA	14
9) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	15
10) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	15
11) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO	17
12) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS.....	18
13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS.....	20
14) – INVESTIMENTOS	21
15) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	27
16) – FORNECEDORES.....	29
17) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	29
18) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	30
19) – ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	32
20) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO.....	32
21) – PASSIVO REGULATÓRIO – REVISÃO DA RECEITA DE TRANSMISSÃO	34
22) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS	35
23) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	40
24) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	41
25) – RECEITA DE USO DA REDE.....	42
26) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	42
27) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	43
28) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	43
29) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	45
30) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	45
31) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	46
32) – RENOVAÇÃO DE CONCESSÕES DE USINAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA..	47
33) – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	48
34) – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA.....	50
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO.....	51
OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES.....	57
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL	67

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2007	31/03/2007	30/06/2007	31/03/2007
CIRCULANTE				
Disponibilidades (nota 3)	1.638.668	1.883.520	32.001	25.174
Consumidores e Revendedores (nota 4)	2.058.506	2.092.967	-	-
Recomposição Tarifária e Parcela "A" (nota 6)	268.201	350.700	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	452.510	405.603	-	-
Tributos Compensáveis (nota 9)	897.133	476.847	32.503	32.196
Despesas Antecipadas – CVA (nota 8)	616.327	650.079	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 7)	70.929	98.316	-	-
Créditos Tributários (nota 10)	395.999	260.847	116.212	58.106
Dividendos a Receber	-	-	580.267	1.121.701
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS (nota 13)	182.430	238.283	-	-
Reajuste Tarifário Diferido (nota 11)	488.173	505.495	-	-
Estoques	34.479	35.757	17	17
Outros Créditos	285.171	283.542	5.871	6.013
TOTAL DO CIRCULANTE	7.388.526	7.281.956	766.871	1.243.207
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Contas a Receber do Governo do Estado (nota 12)	1.745.346	1.705.237	-	-
Fundo de Direitos Creditórios (nota 12)	-	-	755.345	747.068
Recomposição Tarifária e Parcela "A" (nota 6)	1.054.607	929.931	-	-
Despesas Antecipadas – CVA (nota 8)	163.718	169.701	-	-
Créditos Tributários (nota 10)	635.603	547.371	180.302	260.410
Revendedores – Transações com Energia Livre (nota 7)	30.375	30.423	-	-
Tributos Compensáveis (nota 9)	642.744	627.877	300.775	295.857
Depósitos Vinculados a Litígios	276.603	265.241	87.065	85.132
Consumidores e Revendedores (nota 4)	119.923	66.838	-	-
Ativo Regulatório – PIS-PASEP/COFINS (nota 13)	62.532	67.958	-	-
Reajuste Tarifário Diferido (nota 11)	234.904	319.555	-	-
Outros Créditos	39.872	27.588	5.803	4.985
Total do Realizável a Longo Prazo	5.006.227	4.757.720	1.329.290	1.393.452
Investimentos (nota 14)	1.034.771	1.025.541	7.646.289	7.225.024
Imobilizado (nota 15)	10.359.014	10.287.833	1.650	1.673
Intangível (nota 15)	497.937	524.981	499	646
Diferido	92.964	100.659	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	16.990.913	16.696.734	7.648.438	8.620.795
ATIVO TOTAL	24.379.439	23.978.690	9.744.599	9.864.002

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2007	31/03/2007	30/06/2007	31/03/2007
CIRCULANTE				
Fornecedores (nota 16)	828.612	798.644	4.166	5.694
Encargos Regulatórios (nota 19)	395.568	374.788	-	-
Participações nos Lucros (nota 27)	47.015	31.730	4.651	4.263
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 17)	1.387.989	1.117.003	69.761	21.879
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	693.445	1.374.353	693.445	1.374.353
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	1.286.849	1.052.255	962	9.580
Debêntures (nota 18)	70.453	68.078	-	-
Salários e Contribuições Sociais	196.781	184.114	5.965	5.545
Passivo Regulatório – CVA (nota 8)	582.625	584.170	-	-
Passivo Regulatório–Revisão da Receita de Transmissão (nota 21)	30.919	-	-	-
Obrigações Pós-Emprego (nota 20)	106.626	130.953	4.383	5.585
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros (nota 30)	241.470	209.085	-	-
Outras Obrigações	250.097	276.981	23.158	21.912
TOTAL DO CIRCULANTE	6.118.449	6.202.154	806.491	1.448.811
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a Longo Prazo				
Fornecedores (nota 16)	293.093	251.504	-	-
Passivo Regulatório – CVA (nota 8)	146.144	130.185	-	-
Empréstimos e Financiamentos (nota 18)	4.991.737	5.230.824	73.587	73.587
Debêntures (nota 18)	1.262.716	1.444.347	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições (nota 17)	615.353	461.948	102.693	99.793
Provisões para Contingências (nota 21)	533.037	600.757	262.131	257.151
Obrigações Pós-Emprego (nota 20)	1.424.618	1.427.448	55.586	55.545
Outras Obrigações	102.175	105.636	29	30
Total do Exigível a Longo Prazo	9.368.873	9.652.649	494.026	486.106
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (nota 14)	88.504	92.239	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	9.457.377	9.744.888	494.026	486.106
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	359.531	102.563	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 22)				
Capital Social	2.432.307	1.621.538	2.432.307	1.621.538
Reservas de Capital	4.032.222	4.032.222	4.032.222	4.032.222
Reservas de Lucros	1.030.801	1.841.570	1.030.801	1.841.570
Lucros Acumulados	921.629	406.632	921.629	406.632
Recursos Destinados a Aumento de Capital	27.123	27.123	27.123	27.123
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.444.082	7.929.085	8.444.082	7.929.085
PASSIVO TOTAL	24.379.439	23.978.690	9.744.599	9.864.002

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2007	30/06/2006 Reclassificado	30/06/2007	30/06/2006 Reclassificado
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (nota 23)	6.344.180	4.882.992	-	-
Receita de Uso da Rede (nota 24)	1.025.162	953.920	-	-
Outras Receitas Operacionais (nota 25)	272.468	232.723	486	733
	<u>7.641.810</u>	<u>6.069.635</u>	<u>486</u>	<u>733</u>
Deduções à Receita Operacional (nota 26)	<u>(2.722.119)</u>	<u>(2.116.755)</u>	<u>(12)</u>	<u>(3)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>4.919.691</u>	<u>3.952.880</u>	<u>474</u>	<u>667</u>
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda (nota 27)	(1.251.612)	(1.000.583)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(400.178)	(421.735)	-	-
Gás Comprado para Revenda	(62.181)	(76.399)	-	-
	<u>(1.713.971)</u>	<u>(1.498.717)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal e Administradores (nota 27)	(474.043)	(602.916)	-	-
Entidade de Previdência Privada (nota 27)	(55.263)	(69.992)	-	-
Materiais	(41.600)	(39.370)	-	-
Serviços de Terceiros (nota 27)	(228.057)	(172.898)	-	-
Depreciação e Amortização	(347.953)	(279.808)	-	-
Provisões Operacionais (nota 27)	(38.171)	(7.797)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(71.957)	(55.049)	-	-
Outras	(98.024)	(50.055)	-	-
	<u>(1.355.068)</u>	<u>(2.776.602)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
CUSTO TOTAL	<u>(3.069.039)</u>	<u>(2.776.602)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
LUCRO BRUTO	1.850.652	1.176.278	474	667
DESPESA OPERACIONAL				
Despesas com Vendas	(90.897)	(63.506)	-	-
Despesas Gerais e Administrativas (recuperação de despesas)	(159.506)	(111.225)	(54.660)	(60.178)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(73.982)	(59.478)	16.728	-
	<u>(324.385)</u>	<u>(234.209)</u>	<u>(54.660)</u>	<u>(60.178)</u>
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial, Receitas Financeiras Líquidas e Juros sobre o Capital Próprio	<u>1.526.267</u>	<u>942.069</u>	<u>(37.458)</u>	<u>(59.511)</u>
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	-	-	1.017.634	702.938
Resultado Financeiro Líquido (nota 28)	(123.175)	(170.620)	(7.402)	(161.790)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-
	<u>(123.175)</u>	<u>(170.620)</u>	<u>1.010.232</u>	<u>541.148</u>
Lucro Operacional	1.403.092	771.449	972.774	481.637
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	<u>(19.296)</u>	<u>(19.971)</u>	<u>(3.931)</u>	<u>(4.806)</u>
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>1.383.796</u>	<u>751.478</u>	<u>968.843</u>	<u>476.831</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 10)	(259.498)	(377.429)	(35.416)	615
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (nota 10)	(127.987)	121.818	(11.796)	18.564
Lucro antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio e Participações Minoritárias	<u>996.311</u>	<u>495.867</u>	<u>921.629</u>	<u>496.010</u>
Reversão dos Juros Sobre Capital Próprio	-	169.067	-	169.067
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	<u>(74.682)</u>	<u>143</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>921.629</u>	<u>665.077</u>	<u>921.629</u>	<u>665.077</u>
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$			<u>1.895,37</u>	<u>4,10</u>

As notas explicativas e os anexos são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

1) – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética de Minas Gerais, “CEMIG”, “Controladora” ou “Companhia”, sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, atua única e exclusivamente como holding desde 1º de janeiro de 2005, com participação societária em empresas controladas individualmente e em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A CEMIG possui participação societária nas seguintes empresas em operação em 30 de junho de 2007 (informações relativas a mercado atendido e capacidade instalada não revisadas pelos auditores independentes):

- ☐ Cemig Geração e Transmissão S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com geração e transmissão de energia elétrica, através de 46 usinas, sendo 43 usinas hidrelétricas, 1 eólica e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do sistema brasileiro de geração e transmissão. A Cemig Geração e Transmissão S.A. possui participação societária na seguinte empresa em 30 de junho de 2007:
 - Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (controlada em conjunto, constituída durante o 1º trimestre de 2007 – participação de 49,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da usina hidrelétrica Cachoeirão localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A usina se encontra em fase de construção tendo data prevista para início de suas atividades em setembro de 2008 e com capacidade instalada de 27MW.
- ☐ Cemig Distribuição S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição em aproximadamente 97,00% do Estado de Minas Gerais;
- ☐ Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) (controlada em conjunto – participação de 25,00%) – Empresa que detém 54,17% do capital social da Light S.A. (“Light”), holding que detém o controle integral da concessionária de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A, com 3,8 milhões de consumidores em 31 municípios do estado do Rio de Janeiro e da geradora Light Energia S.A, que detém 852 MW de capacidade instalada;
- ☐ Sá Carvalho S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica de Sá Carvalho;
- ☐ Usina Térmica Ipatinga S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da usina térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS;
- ☐ Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (“GASMIG”) (controlada em conjunto - participação de 55,19%) – Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais;

- ❑ Empresa de Infovias S.A. (“Infovias”) (controlada - participação de 100,00%) – Prestação e exploração de serviço especializado na área de telecomunicações, por meio de sistema integrado constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multiserviços);
- ❑ Efficientia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas através de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- ❑ Horizontes Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- ❑ Central Termelétrica de Cogeração S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais. A concessão foi transferida no 1º trimestre de 2006 para a UTE Barreiro S.A.;
- ❑ Rosal Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da usina hidrelétrica Rosal localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- ❑ Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim. A concessão foi transferida no 1º trimestre de 2006 para a Cemig PCH S.A.;
- ❑ Cemig PCH S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- ❑ Cemig Capim Branco Energia S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das usinas hidrelétricas de Capim Branco I e II, construída através de consórcio com parceiros privados;
- ❑ UTE Barreiro S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, através da implantação e exploração da Central Termelétrica denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da Vallourec & Mannesmann Tubes, no Estado de Minas Gerais;
- ❑ Companhia Transleste de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 25,00%) – Operação da linha de transmissão de 345 kV conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina hidrelétrica de Irapé;
- ❑ Cemig Trading S.A. (controlada - participação de 100,00%) – Comercialização e intermediação de negócios relacionados a energia;
- ❑ Companhia Transudeste de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 24,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Itutinga – Juiz de Fora (345 kV);

- ❑ Companhia Transirapé de Transmissão (controlada em conjunto - participação de 24,50%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé – Araçuaí 230 kV;
- ❑ Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (controlada em conjunto - participação de 17,98%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo a linha de transmissão de 500 kV com origem na subestação de Tucuruí e término na subestação de Vila do Conde, no Estado do Pará;
- ❑ Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (controlada em conjunto - participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das duas linhas de transmissão de 500 kV, sendo a primeira com origem na subestação Tucuruí e término na subestação de Marabá, no Estado do Pará, e a segunda com origem na subestação de Marabá e término na subestação de Açailândia, no Estado do Maranhão;
- ❑ Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (controlada em conjunto - participação de 18,35%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 230 kV, com origem na subestação de Vila do Conde e término na subestação de Santa Maria, no Estado do Pará;
- ❑ Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (controlada em conjunto - participação de 15,51%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão de 500 kV, entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia;
- ❑ Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (controlada em conjunto - participação de 7,50%) – Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através da linha de transmissão de 525 kV, com origem na subestação de Campos Novos e término na subestação de Blumenau, ambas no Estado de Santa Catarina.

A CEMIG ainda possui participação societária nas empresas relacionadas abaixo, em fase pré-operacional em 30 de junho de 2007:

- ❑ Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (controlada em conjunto - participação de 51,00%) – Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado – LT Furnas – Pimenta 345 kV;
- ❑ Transchile Charrúa Transmisión S.A. – (“Transchile”) (controlada em conjunto – participação 49,00%) – Implantação, operação e manutenção da LT Charrúa – Nueva Temuco, 220 kV e de duas seções de linha de transmissão nas SE’s Charrúa e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile tem a sua sede na cidade de Santiago, no Chile.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2) – APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e normas da legislação específica aplicáveis às concessionárias de energia elétrica, emanadas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As informações trimestrais foram elaboradas seguindo princípios, métodos e critérios contábeis uniformes em relação àqueles adotados e divulgados integralmente no encerramento do último exercício social.

Adicionalmente, a Companhia está apresentando, nas notas explicativas nºs. 33 e 34, as demonstrações do fluxo de caixa e do resultado segregado por empresa, respectivamente.

Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas e controladas em conjunto mencionadas na nota explicativa nº 1, sendo que as controladas em conjunto foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações financeiras das investidas. Todas as controladas, inclusive aquelas de controle compartilhado, seguem práticas contábeis consistentes com as da Controladora.

Deve ser ressaltado que, a partir do 3º trimestre de 2006, a Companhia passou a consolidar parcialmente as demonstrações financeiras da RME e das empresas de transmissão ETEP, ENTE, ERTE, EATE e ECTE, sendo incluídos os resultados consolidados apurados a partir de 1º de agosto de 2006.

As datas das demonstrações financeiras das sociedades investidas utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da controladora.

Alteração do Manual de Contabilidade

A ANEEL publicou o Despacho nº 3.073 de 28 de dezembro de 2006, que alterou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, com entrada em vigor em 1º de Janeiro de 2007 estabelecendo a transferência dos encargos do consumidor: Programa de Eficiência Energética, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Conta de Consumo de Combustível - CCC, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, Expansão do Sistema Energético – EPE e Pesquisa e Desenvolvimento, de Despesas Operacionais para Deduções da Receita Operacional.

Através do Ofício Circular nº1.314/2007 de 27 de junho de 2007 a ANEEL revogou as orientações contidas nos Ofícios Circulares nºs 236/2007 e 296/2007, que determinavam a depreciação das obrigações especiais vinculadas a ativos que entraram em operação a partir de 1º de janeiro de 2007. Com base na nova orientação, todo o saldo das obrigações especiais vinculadas a ativos deverá ser depreciado somente a partir do segundo ciclo de revisão tarifária, no caso da CEMIG, a partir de 8 de abril de 2008.

Reclassificação de Saldos Contábeis

Em função, basicamente, das alterações já mencionadas no plano de contas da ANEEL, a Companhia reclassificou determinadas transações referentes ao 1º semestre de 2006 para permitir a comparabilidade das informações, como segue:

<u>Conta Original</u>	<u>Consolidado</u> <u>Valor (R\$)</u>	<u>Conta de Reclassificação</u>	<u>Consolidado</u> <u>Valor (R\$)</u>
Receita Operacional		Receita Operacional	
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	<u>(77.991)</u>	Receita de Uso da Rede	<u>77.991</u>
Custos Operacionais – Custo de Operação		Deduções da Receita Bruta	
Programa de Eficiência Energética - PEE	13.744	Programa de Eficiência Energética - PEE	(13.744)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	151.135	Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(151.135)
Conta Consumo de Combustível - CCC	222.049	Conta Consumo de Combustível - CCC	(222.049)
Pesquisa e Desenvolvimento -P&D	13.926	Pesquisa e Desenvolvimento -P&D	(13.926)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	11.757	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(11.757)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE/MME	5.849	Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE/MME	(5.849)
	<u>418.460</u>		<u>(418.460)</u>

<u>Conta Original</u>	<u>Consolidado</u> <u>Valor (R\$)</u>	<u>Controladora</u> <u>Valor (R\$)</u>	<u>Conta de Reclassificação</u>	<u>Consolidado</u> <u>Valor (R\$)</u>	<u>Controladora</u> <u>Valor (R\$)</u>
Custos Operacionais – Custo de Operação			Despesa Financeira		
Provisão para Perdas na Recuperação dos valores da RTE	31.948	-	Provisão para Perdas na Recuperação dos valores da RTE	(47.149)	(15.201)
Despesa Operacional					
Gerais e Administrativa	15.201	15.201			
	<u>47.149</u>	<u>15.201</u>		<u>(47.149)</u>	<u>(15.201)</u>

3) – DISPONIBILIDADES

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>30/06/2007</u>	<u>31/03/2007</u>	<u>30/06/2007</u>	<u>31/03/2007</u>
Contas Bancárias	296.019	179.228	692	2.394
Aplicações Financeiras	1.342.649	1.704.292	31.309	22.780
	<u>1.638.668</u>	<u>1.883.520</u>	<u>32.001</u>	<u>25.174</u>

As aplicações financeiras da CEMIG e suas controladas têm sua remuneração baseada, substancialmente, na variação do CDI (“Certificado de Depósito Interfinanceiro”) com prazo de resgate inferior a 90 dias.

4) – CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>30/06/2007</u>	<u>31/03/2007</u>	<u>30/06/2007</u>	<u>31/03/2007</u>
Fornecimento Faturado	1.908.187	1.851.495	70.504	71.320
Fornecimento não Faturado	425.679	455.439		
Suprimento a Outras Concessionárias	173.271	198.217		
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(448.631)	(412.184)	(70.504)	(71.320)
	<u>2.058.506</u>	<u>2.092.967</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

5) – ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre estes ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos), conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2007	31/03/2007	30/06/2007	31/03/2007
Ativos				
Recomposição Tarifária extraordinária e Parcela “A” – Nota nº 6	1.322.808	1.280.631	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre durante o Programa de Racionamento – Nota nº 7	101.304	128.739	-	-
Reajuste Tarifário Diferido – Nota nº 11	723.077	825.050	-	-
PIS/PASEP e COFINS – Nota nº 13	244.962	306.241	-	-
Despesas Antecipadas – CVA – Nota nº 8	780.045	819.780	-	-
	<u>3.172.196</u>	<u>3.360.441</u>	-	-
Passivos				
Fornecedores – Repasse aos Geradores pela Compra de Energia Livre – Nota nº 16	(395.724)	(336.712)	-	-
Fornecedores – CCEE – Energia Livre – Nota nº 16	(85.878)	(102.027)	-	-
Valores a serem Restituídos na Tarifa – CVA – Nota nº 8	(728.769)	(714.355)	-	-
Revisão da Receita de Transmissão – Nota nº 21	(30.919)	-	-	-
	<u>(1.241.290)</u>	<u>(1.153.094)</u>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições - Obrigações Diferidas – Nota nº 17	(849.034)	(884.184)	(102.693)	(99.793)
	<u>(2.090.324)</u>	<u>(2.037.278)</u>	<u>(102.693)</u>	<u>(99.793)</u>
Total	<u>1.081.872</u>	<u>1.323.163</u>	<u>(102.693)</u>	<u>(99.793)</u>

6) – RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA E PARCELA “A”

a) Recomposição Tarifária Extraordinária

A Resolução nº 91 da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, de 21 de dezembro de 2001 e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceram os procedimentos para implementação da RTE, com entrada em vigor a partir de 27 de dezembro de 2001. Os reajustes tarifários foram definidos através da Resolução nº 130 da GCE, em 30 de abril de 2002, conforme segue:

- Reajuste de 2,90% para os consumidores das classes residencial (excluindo os consumidores de baixa renda), rural, iluminação pública e consumidores industriais de alta tensão em que o custo de energia elétrica represente 18,00% ou mais do custo médio de produção e que atendam a determinados requisitos relacionados com fator de carga e demanda de energia, especificados na Resolução.
- Reajuste de 7,90% para os demais consumidores.

A RTE está sendo utilizada para compensação dos itens a seguir:

- Perdas com faturamento no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, correspondendo à diferença entre a receita estimada da CEMIG, caso não houvesse sido implementado o Programa de Racionamento, e a receita verificada sob a vigência do mesmo, conforme fórmula divulgada pela ANEEL. Não foram incluídas na apuração desse valor as eventuais perdas com inadimplência de consumidores, as quais não se espera serem relevantes, e o ICMS.

- ❑ Repasse a ser efetuado às geradoras que compraram energia no MAE, sucedido em 2004 pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), no período de 1º de junho de 2001 a 28 de fevereiro de 2002, com preço excedente ao valor de R\$49,26/MWh (“energia livre”). Como a Cemig Distribuição S.A. e a Light são apenas repassadoras às geradoras dos valores recebidos, foram incluídos neste saldo os tributos e outros encargos regulatórios incidentes sobre a receita. Quando do repasse às geradoras, são deduzidos os impostos e encargos regulatórios mencionados.

A recuperação dos créditos através da RTE, conforme Resolução Normativa nº 45, de 3 de março de 2004, é efetuada simultaneamente para os créditos referentes às perdas com faturamento e energia livre.

Os créditos da RTE referentes a perdas com o racionamento estão sendo atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

Os créditos de RTE referente à energia livre são atualizados pela SELIC e adicionados de 1,00% de juros ao ano para os valores a serem repassados para os geradores que obtiveram empréstimos do BNDES.

O ICMS incidente sobre o saldo consolidado da RTE, correspondente às receitas a serem faturadas, o qual é estimado em R\$147.635 em 30 de junho de 2007 (R\$144.634 em 31 de março de 2007), somente é devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica aos consumidores. A Companhia, neste sentido, atua como mera repassadora do referido tributo entre os consumidores e a Receita Estadual e, portanto, não efetuou o registro antecipado da referida obrigação.

Provisão para perdas

A CEMIG e suas controladas elaboraram estudos para verificar se o prazo estipulado pela ANEEL para recuperação dos valores homologados será suficiente. Na elaboração deste estudo são consideradas determinadas premissas, sendo as mais relevantes àquelas referentes às projeções de reajustes tarifários, taxas de inflação, SELIC e crescimento do mercado de energia.

Com base nos estudos, foi estimada em R\$442.428 a provisão para perdas na realização dos valores da RTE (R\$424.290 em 31 de março de 2007), registrada como redutora do ativo respectivo e com contrapartida no resultado financeiro.

b) Parcela “A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Normativa nº 1, de 12 de janeiro de 2004, a ANEEL definiu que os valores das variações nos itens não gerenciáveis da Parcela “A” deixariam de ser incluídos no prazo limite de vigência da RTE, sendo que sua recuperação será iniciada imediatamente após o final da vigência da RTE, utilizando os mesmos mecanismos de recuperação, ou seja, o reajuste aplicado nas tarifas para compensação dos valores da RTE continuará em vigor para compensação dos itens da Parcela “A”.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação.

c) Composição dos saldos da RTE e Parcela “A”

Os valores a serem recebidos referentes à RTE e Parcela “A”, registrados no Ativo, são como segue:

	Consolidado	
	30/06/2007	31/03/2007
CEMIG - Controladora		
Perdas com o Racionamento	237.441	230.735
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	<u>(237.441)</u>	<u>(230.735)</u>
	-	-
Cemig Distribuição S.A		
Perdas com o Racionamento	223.610	260.291
Repasse a ser efetuado aos geradores – Energia Livre	406.179	323.873
Parcela A	670.471	651.610
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	<u>(97.907)</u>	<u>(92.779)</u>
	1.202.353	1.142.995
RME - Light		
Perdas com o Racionamento	80.924	91.463
Repasse a ser efetuado aos geradores – Energia Livre	66.200	68.809
Parcela A	80.411	78.140
(-) Provisão para perdas na realização da RTE	<u>(107.080)</u>	<u>(100.776)</u>
	120.455	137.636
Total da RTE e da Parcela “A”	<u>1.322.808</u>	<u>1.280.631</u>
Ativo Circulante	268.201	350.700
Realizável a Longo Prazo	<u>1.054.607</u>	<u>929.931</u>

Os valores da RTE a serem repassados aos geradores referentes à energia livre estão registrados no Passivo Circulante e Não Circulante, na conta de Fornecedores, no montante de R\$134.457 e R\$261.267 (R\$125.851 e R\$210.861 em 31 de março de 2007), respectivamente.

7) – REVENDEDORES – TRANSAÇÕES COM ENERGIA LIVRE DURANTE O PROGRAMA DE RACIONAMENTO

Os direitos da subsidiária Cemig Geração e Transmissão referentes às transações com energia livre no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE durante a vigência do Programa de Racionamento estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	30/06/2007	31/03/2007
Valores a serem recebidos de distribuidoras	461.921	381.242
Provisão para perdas na realização	<u>(360.617)</u>	<u>(252.503)</u>
	101.304	128.739
Circulante	70.929	98.316
Realizável a Longo Prazo	<u>30.375</u>	<u>30.423</u>

Os valores a receber referem-se à diferença entre os preços pagos nas transações com energia na CCEE, durante o período de vigência do Programa de Racionamento, e o valor de R\$49,26/MWh.

Desta forma, desde março de 2003 as distribuidoras de energia elétrica arrecadam e repassam parte dos valores obtidos mensalmente através da RTE a Companhia.

Os direitos da subsidiária Cemig Geração e Transmissão no âmbito da CCEE são atualizados pela variação da SELIC acrescidos de 1,00% de juros ao ano.

A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

Provisão para perdas

A subsidiária Cemig Geração e Transmissão recebe os valores da RTE de outras distribuidoras, que têm um prazo limite, estipulado pela ANEEL, para arrecadar a RTE e repassar os valores devidos à Companhia.

Foi elaborado estudo para verificar se o prazo estipulado para as distribuidoras efetuarem o repasse seria suficiente para recuperação dos valores homologados pela ANEEL. Com base no estudo, foi estimada em R\$360.617 a provisão para perdas na realização dos créditos de energia livre em 30 de junho de 2007 (R\$252.503 em 31 de março de 2007), registrada como redutora do ativo respectivo.

A Companhia revisou os cálculos da atualização financeira dos valores a receber dos distribuidores com base nos critérios informados pela ANEEL, implicando em um aumento no valor do ativo. Em consequência, ocorreu também um aumento equivalente no valor da provisão para perdas. Esses ajustes não geraram efeito no resultado do exercício.

8) – DESPESAS ANTECIPADAS E PASSIVOS REGULATÓRIOS – CVA

O saldo da Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela “A” – CVA refere-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis utilizados para definição do reajuste tarifário, e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são compensadas nos reajustes tarifários subseqüentes.

O saldo da CVA está demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	30/06/2007	31/03/2007
Cemig Distribuição	55.007	97.341
RME - Light	(3.731)	8.084
	51.276	105.425
Ativo Circulante	616.327	650.079
Realizável a Longo Prazo	163.718	169.701
Passivo Circulante	(582.625)	(584.170)
Passivo Não Circulante	(146.144)	(130.185)
Valores Líquidos	51.276	105.425

9) – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2007	31/03/2007	30/06/2007	31/03/2007
Circulante				
ICMS a Recuperar	34.040	23.679	3.508	3.508
Imposto de Renda	534.082	225.606	-	-
Contribuição Social	187.407	88.083	-	-
PASEP	22.846	22.551	4.493	4.439
COFINS	110.023	103.018	20.828	20.579
Outros	8.735	13.910	3.674	3.670
	<u>897.133</u>	<u>476.847</u>	<u>32.503</u>	<u>32.196</u>
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	320.582	310.825	-	-
Imposto de Renda	271.238	266.689	271.238	266.610
Contribuição Social	29.537	29.295	29.537	29.247
PASEP/COFINS	21.387	21.068	-	-
	<u>642.744</u>	<u>627.877</u>	<u>300.775</u>	<u>295.857</u>
	<u>1.539.877</u>	<u>1.104.724</u>	<u>333.278</u>	<u>328.053</u>

Os valores registrados de PASEP/COFINS na Controladora referem-se à constituição de ativos a recuperar correspondentes a diferença de tributação destas contribuições pelo regime não cumulativo (9,25%) e cumulativo (3,65%) aplicados sobre as receitas de transmissão do período de fevereiro a dezembro de 2004, oriundas de contratos firmados em datas anteriores a 31 de outubro de 2003 (preço pré-determinado).

Os créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se basicamente a pagamentos e valores apurados na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ de exercícios anteriores, que poderão ser compensados nos anos subsequentes, com outros impostos federais que venham a ser apurados.

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A Companhia está em processo de adequação aos novos requerimentos de informações eletrônicas exigidos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, o que permitirá a compensação dos créditos a partir do 4º trimestre de 2007.

10) – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Créditos Tributários:

A CEMIG e suas Controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2007	31/03/2007	30/06/2007	31/03/2007
Créditos Tributários sobre-				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	342.857	371.976	94.741	120.308
Provisão para Contingências	169.845	186.560	84.060	84.754
Provisão para Perdas na Realização dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	236.628	195.846	80.730	78.450
Obrigações Pós-Emprego	96.513	49.280	4.658	2.424
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	170.628	164.073	23.971	24.249
Provisão de PASEP/COFINS – Recomposição Tarifária Extraordinária	52.626	54.046	7.879	7.669
Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários - Light	(160.504)	(248.378)	-	-
Instrumentos Financeiros	63.681	-	-	-
Variação Cambial	36.878	-	-	-
Outros	22.450	34.815	475	662
	1.031.602	808.218	296.514	318.516
Ativo Circulante	395.999	260.847	116.212	58.106
Realizável a Longo Prazo	635.603	547.371	180.302	260.410

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 08 de fevereiro de 2007, aprovou estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Participações da CEMIG referente a projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo inclui a CEMIG e suas subsidiárias Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição e foi também submetido a exame do Conselho Fiscal da CEMIG em 14 de fevereiro de 2007.

Conforme as estimativas individuais da CEMIG e suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 30 de junho de 2007, conforme estimativa a seguir:

	Consolidado	Controladora
2007	205.079	23.557
2008	400.959	148.024
2009	115.160	37.936
2010	126.437	34.631
2011	90.142	26.240
2012 a 2014	141.142	25.195
2015 a 2016	113.187	931
(-) Provisão para Perdas na Recuperação de Créditos Tributários - RME-Light	(160.504)	-
	1.031.602	296.514

Além da provisão para não recuperação de créditos tributários da Light, a Controladora possui, em 30 de junho de 2007, créditos tributários não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, no montante de R\$424.829 (R\$418.588 em 31 de março de 2007). A Administração acredita que determinadas obrigações, pela sua natureza, serão realizadas em um prazo superior a 10 anos. Para estes casos, o respectivo crédito tributário não foi reconhecido.

Os créditos não provisionados referem-se basicamente a perda efetiva em função da cessão dos créditos do Contas a Receber do Governo do Estado ao Fundo de Direitos Creditórios no 1º trimestre de 2006 (conforme nota explicativa nº 12). Em função da cessão, a Provisão para Perdas na Recuperação dos valores constituída em exercícios anteriores tornou-se dedutível

para fins de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social. A parcela não reconhecida nas demonstrações financeiras referente a essa questão corresponde a R\$418.345.

Do exercício social de 2002 até 2006, a Light não reconheceu contabilmente novos créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais em atendimento à instrução CVM nº371/02, por não apresentar, àquela época, lucros tributáveis em pelo menos 3 anos de um histórico mínimo de 5 anos. A partir do exercício social de 2007, com o atendimento cumulativo de todas as condições dessa regra CVM, a Light passou a reconhecer novos ativos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias e também contabilizou os créditos fiscais acumulados desde 2003, no montante de R\$ 81.924 (valor correspondente a 25,00% do total, conforme consolidação proporcional efetuada pela Companhia).

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2007	30/06/2006	30/06/2007	30/06/2006
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.383.796	751.478	968.843	476.831
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(470.491)	(255.502)	(329.407)	(162.123)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Reversão da Provisão para Perda sobre as Contas a Receber do				
Governo do Estado de Minas Gerais	-	33.723	-	33.723
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	288.269	188.006
Contribuições e Doações Inedutíveis	(2.364)	(1.971)	(141)	(67)
Constituição de Créditos Fiscais Anteriormente não Reconhecidos	(129)	(37.251)	(21)	(36.413)
Reconhecimento de Ativo Fiscal Diferido	81.924			
Outros	3.575	5.390	(5.914)	(3.947)
Imposto de Renda e Contribuição Social–Receita (Despesa) Efetiva	(387.485)	(255.611)	(47.214)	19.179

11) – REAJUSTE TARIFÁRIO DIFERIDO

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 71, publicada de forma retroativa a 4 de abril de 2004, definiu os resultados da revisão tarifária periódica da Companhia.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento das tarifas de fornecimento de energia elétrica em nível compatível com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, proporcionando receita suficiente para a cobertura de custos operacionais eficientes e a remuneração adequada dos investimentos.

O reajuste médio aplicado às tarifas em 8 de abril de 2003, em caráter provisório, foi de 31,53%. Entretanto, conforme descrito na resolução mencionada, o reposicionamento tarifário definitivo deveria ter sido de 44,41%. Conforme estabelecido na resolução, a diferença percentual de 12,88% seria compensada através de um acréscimo de R\$301.334, a valores de abril de 2003, em cada um dos reajustes tarifários previstos no período de 2004 a 2007, cumulativamente.

A última parcela que deveria ter sido incluída no reajuste tarifário de 8 de abril de 2007 foi postergada para o ano de 2008.

A diferença entre o reposicionamento tarifário ao qual a Companhia tem direito e a tarifa efetivamente cobrada dos consumidores foi reconhecida como um ativo regulatório.

Os valores referentes ao reajuste tarifário diferido são atualizados monetariamente pelo IGP-M acrescidos de juros de 11,26% a.a..

	Consolidado	
	30/06/2007	31/03/2007
Reajuste Tarifário Diferido – Desde 08/04/2003	949.612	949.612
Juros (definido pela ANEEL – 11,26% a.a.)	398.218	376.572
Atualização Monetária – IGP-M	150.951	147.966
(-) Valores Arrecadados	<u>(775.704)</u>	<u>(649.100)</u>
	<u>723.077</u>	<u>825.050</u>
Ativo Circulante	488.173	505.495
Realizável a Longo Prazo	<u>234.904</u>	<u>319.555</u>

Adicionalmente, foram reconhecidos os impostos diferidos incidentes sobre a receita registrada, cujo saldo em 30 de junho de 2007 é de R\$312.731.

12) – CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo credor remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1995, através de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro aditivos, respectivamente; e (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do 3º aditivo.

a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC através da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este acordo foi aprovado pela Assembléia Extraordinária de Acionistas finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor existente em 31 de dezembro de 2004 e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes em 31 de dezembro de 2004 a R\$2.941.599.

Como resultado da conciliação realizada entre a CEMIG e o Estado dos critérios de atualização do contrato, desde a sua assinatura, conforme estabelecia no parágrafo único da Cláusula Primeira do Quarto Aditivo da CRC, o saldo devedor será reduzido em R\$102.131, chegando-se ao valor de R\$2.839.468, data base de 31 de dezembro de 2004, que atualizado para 30 de junho de 2007 corresponde a R\$3.367.587.

O Governo do Estado amortizará o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$29.416 e a 61ª no valor de R\$76.482, a valores de 31 de dezembro de 2004 e com o resultado da conciliação os valores das parcelas serão reduzidas na mesma proporção, conforme parágrafo anterior.

A amortização do débito far-se-á prioritariamente pela retenção de 65,00% dos dividendos mínimos obrigatórios devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda a retenção poderá ser, a partir de 01 de janeiro de 2008, de até 65% de todo e qualquer montante de dividendos ou juros sobre capital próprios extraordinários. Os dividendos retidos serão utilizados para amortização do contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 30 de junho 2007, já haviam sido amortizadas de forma antecipada as prestações do contrato com vencimento previsto para 30 de junho de 2007, 31 de dezembro de 2007 e 30 de junho de 2008.

b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”)

Em 27 de janeiro de 2006, a CEMIG aportou os créditos da CRC em um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”). O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador com base em projeções financeiras de longo prazo da CEMIG, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado pelo valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900.000 de quotas seniores e R\$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por instituições financeiras e serão amortizadas em 20 parcelas semestrais, a partir de junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela CEMIG.

As quotas subordinadas foram subscritas pela CEMIG e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A movimentação do FIDC em 2007 é como segue:

	Consolidado e Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2006	1.726.293
Atualização monetária das quotas seniores	63.907
Atualização monetária das quotas subordinadas	14.476
Amortização das quotas seniores	(55.697)
Amortização das quotas subordinadas	(3.633)
Saldo em 30 de junho de 2007	1.745.346
Composição do FIDC em 30 de junho de 2007	
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	990.001
- Quotas subordinadas de propriedade da CEMIG	690.892
Dividendos retidos pelo Fundo	64.453
	755.345
TOTAL	1.745.346

A CEMIG efetuou pagamento de dividendos em 29 de junho de 2007, os quais foram utilizados para amortização das cotas seniores, subordinadas e de despesas operacionais do FIDC, nos montantes de R\$59.042, R\$4.405 e R\$627 respectivamente. Entretanto, a amortização somente foi efetivada em 3 de julho de 2007.

Encontra-se registrado no Passivo Circulante os dividendos propostos e juros sobre o capital próprio pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2006, de acordo com a aprovação da Assembléia de Acionistas ocorrida em 26 de abril de 2007. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$153.872 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, R\$64.074 deverão ser retidos para quitação de parte dos créditos da CRC vencidos. O valor remanescente de R\$89.798 será pago ao Governo do Estado de Minas Gerais.

d) Critério de Consolidação do FIDC

Em decorrência da garantia oferecida pela CEMIG de quitação das quotas seniores, caso os dividendos devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam o saldo do FIDC integralmente registrado na CEMIG sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com empréstimos e financiamentos no Passivo de curto e longo prazos. Da mesma forma, na consolidação a atualização monetária do FIDC foi integralmente reconhecida como uma receita financeira e em contrapartida, foi registrada como encargos de dívida o valor da atualização monetária das quotas seniores.

13) – ATIVO REGULATÓRIO – PIS-PASEP/COFINS

Através das Leis Federais nºs 10.637 e 10.833 foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS-PASEP/COFINS. Em função destas alterações, ocorreu um crescimento nas despesas com PIS-PASEP no período de dezembro de 2002 a março de 2005 e nas despesas com COFINS entre fevereiro de 2004 e junho de 2005.

Tendo em vista que este aumento na despesa deverá ser ressarcido à Companhia através das tarifas, registrou-se, de acordo com critério definido pela ANEEL, os créditos como um Ativo Regulatório e em contrapartida foi reduzida a despesa com PIS-PASEP/COFINS.

	Consolidado	
	30/06/2007	31/03/2007
Cemig Geração e Transmissão	1.652	-
Cemig Distribuição	236.378	287.221
RME – Light	6.932	19.020
	244.962	306.241
Ativo Circulante	182.430	238.283
Realizável a Longo Prazo	62.532	67.958

14) – INVESTIMENTOS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2007	31/03/2007	30/06/2007	31/03/2007
Em Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto				
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.238.663	3.127.123
Cemig Distribuição	-	-	2.710.448	2.530.380
Infovias	-	-	305.153	302.469
Rosal Energia	-	-	96.481	93.039
Sá Carvalho	-	-	104.463	98.533
GASMIG	-	-	168.381	156.592
Horizontes Energia	-	-	69.366	67.798
Usina Térmica Ipatinga	-	-	68.903	67.542
Cemig PCH	-	-	58.632	54.676
Cemig Capim Branco Energia	-	-	62.555	54.471
Companhia Transleste de Transmissão	-	-	13.625	14.499
UTE Barreiro	-	-	13.122	11.190
Companhia Transudeste de Transmissão	-	-	7.758	7.473
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	-	-	24	20
Companhia Transirapé de Transmissão	-	-	5.691	5.473
Transchile	-	-	11.675	13.370
Efficientia	-	-	3.640	3.354
Central Termelétrica de Cogeração	-	-	166	17
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	-	-	6.703	6.703
Rio Minas Energia Participações	-	-	315.210	231.861
Cemig Trading	-	-	141	121
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	-	-	14.421	12.989
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	-	-	25.768	22.924
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	-	-	5.398	4.904
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	-	-	50.050	43.930
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	-	-	4.166	3.812
	-	-	7.360.603	6.935.263

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2007	31/03/2007	30/06/2007	31/03/2007
Em Consórcios	1.021.081	1.005.782	-	-
Ágio na Aquisição de Participação na Infovias	-	-	6.713	6.993
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	-	-	41.442	42.824
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	-	-	26.859	27.140
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	-	-	39.767	40.158
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	-	-	9.107	9.196
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	-	-	150.892	152.470
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	-	-	7.310	7.388
	13.690	19.759	3.596	3.592
Em Outros Investimentos	1.034.771	1.025.541	285.686	289.761
	1.034.771	1.025.541	7.646.289	7.225.024

a) As principais informações sobre as investidas são como segue:

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 30 de junho de 2007			Janeiro a junho de 2007	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	3.238.663	94.394	382.145
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.710.448	75.172	435.638
Infovias	331.066.000	100,00	381.023	305.153	-	5.070
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.945	96.481	416	7.136
Sã Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	104.463	-	11.587
GASMIG	196.155.000	55,19	137.058	305.079	6.235	40.880
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	69.366	-	3.426
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	68.903	-	3.415
Cemig PCH	50.952.000	100,00	50.952	58.632	-	7.680
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	45.528	62.555	2.662	14.714
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	49.569	54.501	1.914	4.499
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	11.918	13.122	-	3.690
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	30.000	32.327	-	2.327
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	24	-	11
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	22.340	23.229	-	888
Transchile	22.000	49,00	27.286	23.827	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	3.640	-	432
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	166	-	166
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	13.143	-	-
Rio Minas Energia Participações	12.000	25,00	709.310	1.260.836	-	412.812
Cemig Trading	10.000	100,00	160	141	-	(21)
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	17,98	63.475	80.222	13.209	10.635
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	18,35	109.907	140.423	10.120	21.302
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	18,35	23.400	29.417	5.205	5.019
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	180.000.010	15,51	250.009	322.694	55.643	47.779
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE	42.095.000	7,50	42.095	55.547	3.133	9.636

Sociedades Controladas	Quantidade de Ações	Em 31 de março de 2007			Janeiro a junho de 2006	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	2.896.785	3.127.123	83.142	292.651
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.530.380	65.811	343.905
Infovias	331.066.000	100,00	381.023	302.469	-	3.958
Rosal Energia	86.944.467	100,00	86.945	93.039	13.303	10.281
Sá Carvalho	860.000.000	100,00	86.833	98.533	20.831	11.004
GASMIG	196.155.000	55,19	137.058	283.720	-	31.342
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	67.798	5.165	5.747
Usina Térmica Ipatinga	64.174.281	100,00	64.174	67.542	6.900	3.300
Cemig PCH	50.952.000	100,00	1	54.677	-	5.455
Cemig Capim Branco Energia	45.528.000	100,00	1	54.471	-	7.127
Companhia Transleste de Transmissão	33.051.000	25,00	49.569	57.998	144	6.157
UTE Barreiro	11.918.000	100,00	1	11.190	-	(1.018)
Companhia Transudeste de Transmissão	301.000	24,00	30.000	31.137	-	-
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	1.000	100,00	1	20	5.502	111
Companhia Transirapé de Transmissão	1.000	24,50	22.340	22.340	-	-
Transchile	22.000	49,00	27.286	27.285	-	-
Efficientia	3.742.249	100,00	3.742	3.354	-	7
Central Termelétrica de Cogeração	1.000	100,00	1	17	2.794	1.572
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	50.000	51,00	51	13.143	-	-
Rio Minas Energia Participações	12.000	25,00	709.310	927.443	-	-
Cemig Trading	10.000	100,00	10	121	-	-
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	17,74	63.475	73.223	-	-
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	18,35	109.907	124.922	-	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	18,35	23.400	26.724	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	180.000.010	15,22	250.009	288.633	-	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE	42.095.000	7,50	42.095	50.831	-	-

A movimentação dos investimentos em sociedades controladas é a seguinte:

	31/03/2007	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	30/06/2007
Cemig Geração e Transmissão	3.127.123	205.934	-	(94.394)	-	3.238.663
Cemig Distribuição	2.530.380	255.240	-	(75.172)	-	2.710.448
Infovias	302.469	2.684	-	-	-	305.153
Rosal Energia	93.039	3.442	-	-	-	96.481
Sá Carvalho	98.533	5.930	-	-	-	104.463
GASMIG	156.592	11.789	-	-	-	168.381
Horizontes Energia	67.798	1.568	-	-	-	69.366
Usina Térmica Ipatinga	67.542	1.361	-	-	-	68.903
Cemig PCH	54.676	3.956	-	-	-	58.632
Cemig Capim Branco Energia	54.471	7.504	580	-	-	62.555
Companhia Transleste de Transmissão	14.499	561	-	(1.435)	-	13.625
UTE Barreiro	11.190	1.932	-	-	-	13.122
Companhia Transudeste de Transmissão	7.473	285	-	-	-	7.758
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	20	4	-	-	-	24
Companhia Transirapé de Transmissão	5.473	218	-	-	-	5.691
Transchile	13.370	-	-	-	(1.695)	11.675
Efficientia	3.354	286	-	-	-	3.640
Central Termelétrica de Cogeração	17	149	-	-	-	166
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	6.703	-	-	-	-	6.703
Rio Minas Energia Participações	231.861	83.351	-	-	(2)	315.210
Cemig Trading	121	20	-	-	-	141
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	12.989	980	146	-	306	14.421
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	22.924	2.089	-	-	755	25.768
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	4.904	494	-	-	-	5.398
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	43.930	3.971	719	-	1.430	50.050
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	3.812	354	-	-	-	4.166
	6.935.263	594.102	1.445	(171.001)	794	7.360.603

b) Participação na Light

Foi apurado um deságio na aquisição da Light, correspondente a diferença entre o valor pago pela RME e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R\$364.961 (a parcela da CEMIG corresponde a 25,00%). Este deságio decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, está sendo amortizado de outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor do deságio (R\$88.504) está apresentado na consolidação como Resultado de Exercícios Futuros.

Em 16 de maio de 2007, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) converteu 90% das suas debêntures em ações da Light S.A. correspondente a 31,50% do capital social. Com isto, a participação da Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) na Light S.A. reduziu de 79,39% para 54,20% e por consequência a participação da CEMIG de 19,89% para 13,55%.

c) Aquisição de Participação em empresas transmissoras de energia

O ágio na aquisição das empresas de energia elétrica: Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.– EATE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.– ERTE e Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas em conjunto, decorre da expectativa de resultado futuro em função da operação comercial das concessões. A amortização do ágio será reconhecida durante o período remanescente de vigência das concessões (de agosto de 2006 a 2030/2032). Nas demonstrações financeiras consolidadas o valor do ágio foi incorporado ao Ativo Imobilizado - Intangíveis.

d) Investimentos na Infovias

O ágio na aquisição da Infovias é atribuível à expectativa de lucratividade futura, calculada sobre o fluxo de caixa projetado e está sendo amortizado de forma linear no período de janeiro de 2005 a junho de 2012. Na consolidação o valor do ágio foi transferido para o diferido.

Venda da Way TV

Em leilão realizado no dia 27 de julho de 2006, a Way TV Belo Horizonte S.A. foi integralmente vendida à TNL PCS Participações S.A., controlada da Tele Norte Leste Participações S.A., pelo valor de R\$132 milhões com ágio de 65% sobre o preço mínimo estabelecido no edital e condicionado a aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. A Way TV é controlada (69,25% de participação) da Infovias. O lucro em função dessa alienação, no montante estimado de R\$44.200 (não revisado pelos auditores independentes) não foi reconhecido nestas informações trimestrais.

Em reunião extraordinária realizada em 19 de março de 2007, o Conselho Diretor da ANATEL negou a anuência à transferência do controle societário da Way TV. Medidas administrativas e judiciais estão sendo avaliadas para reverter a decisão do Conselho.

e) Consórcios

A CEMIG participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles nos registros contábeis da CEMIG, da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada %	Taxa Média Anual de Depreciação %	Consolidado 30/06/2007	Consolidado 31/03/2007
Controladora				
Em Serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33	2,53	38.625	38.625
Usina Igarapava	14,50	2,58	55.554	55.554
Usina de Funil	49,00	2,58	171.856	171.856
Usina de Queimado	82,50	2,45	193.599	193.599
Usina de Aimorés	49,00	2,91	512.946	512.946
Usina Capim Branco I	21,05	2,51	26.752	26.330
Depreciação acumulada			(71.262)	(64.462)
Total em operação			928.070	934.448
Em Curso				
Usina de Queimado	82,50		13.125	13.125
Usina de Funil	49,00		9.406	9.092
Usina de Aimorés	49,00		17.452	11.733
Usina de Baguari	34,00		31.944	16.458
Usinas Capim Branco I e II	21,05		21.084	20.926
Total em construção			93.011	71.334
Total Consórcios			1.021.081	1.005.782

A depreciação dos bens integrantes do ativo imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	33,33
Usina Igarapava	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	51,00
Usina Capim Branco I e II	Companhia Vale do Rio Doce – CVRD	48,43
	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMN	12,63
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00

15) – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Consolidado			
		30/06/2007		31/03/2007
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	19.959.082	(8.535.290)	11.423.792	11.417.259
- Distribuição	9.894.053	(4.515.001)	5.379.052	5.369.357
Intangíveis	65.656	(45.252)	20.404	21.718
Terrenos	31.109	-	31.109	31.214
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	285.336	(143.012)	142.324	145.019
Máquinas e Equipamentos	9.453.063	(4.285.139)	5.167.924	5.152.673
Veículos	37.234	(25.533)	11.701	12.895
Móveis e Utensílios	21.655	(16.065)	5.590	5.838
- Geração	7.274.322	(2.867.250)	4.407.072	4.449.532
Intangíveis	86.775	(41.325)	45.450	69.707
Terrenos	218.036	-	218.036	218.047
Reservatórios, Barragens e Aduoras	3.872.567	(1.328.042)	2.544.525	2.564.763
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	921.499	(335.546)	585.953	590.289
Máquinas e Equipamentos	2.168.862	(1.156.649)	1.012.213	1.005.783
Veículos	3.224	(2.779)	445	485
Móveis e Utensílios	3.359	(2.909)	450	458
- Transmissão	1.740.469	(630.382)	1.110.087	1.097.753
Intangíveis	243.490	(2.025)	241.465	243.588
Terrenos	2.196	-	2.196	2.191
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	100.195	(51.676)	48.519	49.385
Máquinas e Equipamentos	1.393.720	(576.077)	817.643	802.380
Veículos	176	(97)	79	61
Móveis e Utensílios	692	(507)	185	148
- Administração	557.313	(336.249)	221.064	189.826
Intangíveis	136.662	(80.010)	56.652	61.971
Terrenos	3.662	-	3.662	3.994
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	75.784	(38.636)	37.148	37.205
Máquinas e Equipamentos	221.043	(152.171)	68.872	69.566
Veículos	74.807	(30.441)	44.366	6.436
Móveis e Utensílios	45.355	(34.991)	10.364	10.654

	Consolidado			
		30/06/2007		31/03/2007
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
- Telecomunicações	410.153	(165.834)	244.319	248.434
Intangíveis	39.236	(18.589)	20.647	21.867
Terrenos	70	-	70	70
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	55	(6)	49	49
Máquinas e Equipamentos	370.037	(146.841)	223.196	226.089
Móveis e Utensílios	755	(398)	357	359
- Gás	82.772	(20.574)	62.198	62.357
Intangíveis	580	-	580	617
Terrenos	42	-	42	42
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.156	(413)	1.743	1.213
Máquinas e Equipamentos	79.637	(20.036)	59.601	60.256
Móveis e Utensílios	357	(125)	232	229
Em Curso	1.824.934	-	1.824.934	1.716.957
- Distribuição	1.368.853	-	1.368.853	1.225.768
Intangíveis	27.454	-	27.454	23.772
Imobilizado	1.341.399	-	1.341.399	1.201.996
- Geração	149.730	-	149.730	130.372
Intangíveis	2.798	-	2.798	4.220
Imobilizado	146.932	-	146.932	126.152
- Transmissão	158.929	-	158.929	179.767
Intangíveis	691	-	691	1.600
Imobilizado	158.238	-	158.238	178.167
- Administração	120.167	-	120.167	152.806
Intangíveis	81.796	-	81.796	75.921
Imobilizado	38.371	-	38.371	76.885
- Telecomunicações	4.745	-	4.745	4.142
- Gás	22.510	-	22.510	24.102
Total do Imobilizado e Intangível	21.784.016	(8.535.290)	13.248.726	13.134.216
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão			(2.391.775)	(2.321.402)
Imobilizado e Intangível Líquido			10.856.951	10.812.814

As Obrigações Especiais referem-se basicamente a contribuições de consumidores para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo que a eventual liquidação destas obrigações depende de disposição da ANEEL, no término das concessões de Distribuição, mediante redução do valor residual do Ativo Imobilizado para fins de determinação do valor que o Poder Concedente pagará à Concessionária.

Em função da publicação do Ofício Circular nº1.314/2007 pela ANEEL em 27 de junho de 2007, o saldo das Obrigações Especiais vinculadas a ativos deverá ser depreciado somente a partir do segundo ciclo de revisão tarifária, no caso da CEMIG, a partir de 8 de abril de 2008.

Encontra-se registrado em Imobilizações em Curso – Distribuição o montante de R\$789.615, em 30 de junho de 2007 (R\$669.715 em 31 de março de 2007), referente ao Programa “Luz para Todos”.

16) – FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2007	31/03/2007	30/06/2007	31/03/2007
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -				
Eletrobrás – Energia de Itaipu	251.374	214.296	-	-
Furnas	63.297	55.823	-	-
CCEE	54.052	61.384	-	-
Repasse aos Geradores	134.457	125.851	-	-
Outros	151.703	171.371	-	-
	654.883	628.725	-	-
Materiais e Serviços	173.729	169.919	4.166	5.694
	828.612	798.644	4.166	5.694
Não Circulante				
Suprimento de Energia Elétrica -				
Repasse aos Geradores	261.267	210.861	-	-
CCEE	31.826	40.643	-	-
	293.093	251.504	-	-

Parte substancial dos valores devidos a CCEE serão pagos até setembro de 2009, com atualização pela variação da SELIC e 1,00% de juros ao ano. A conclusão de alguns processos judiciais em andamento movidos por agentes do mercado, relativos à interpretação das regras em vigor à época da realização das transações no âmbito da CCEE, poderá implicar em alterações nos montantes registrados.

17) – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2007	31/03/2007	30/06/2007	31/03/2007
Circulante				
Imposto de Renda	482.208	221.983	23.389	-
Contribuição Social	165.358	83.084	8.920	-
ICMS	285.483	266.599	19.649	19.789
COFINS	77.272	65.799	12.868	-
PASEP	16.922	14.892	2.794	-
INSS	16.675	14.993	1.311	-
Outros	15.064	27.417	830	2.090
	1.058.982	694.767	69.761	21.879
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	198.381	257.007	-	-
Contribuição Social	71.299	92.524	-	-
COFINS	48.736	59.736	-	-
PASEP	10.591	12.969	-	-
	329.007	422.236	-	-
	1.387.989	1.117.003	69.761	21.879
Não Circulante				
Obrigações diferidas				
Imposto de Renda	385.106	261.211	59.360	57.684
Contribuição Social	119.429	94.036	21.370	20.766
COFINS	84.656	79.342	18.045	17.536
PASEP	16.492	15.173	3.918	3.807
Outros	9.670	12.186	-	-
	615.353	461.948	102.693	99.793

As obrigações diferidas líquidas estão relacionadas principalmente aos ativos e passivos regulatórios e são devidas à medida que estes ativos e passivos são recebidos ou pagos, respectivamente. As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição Social registradas no circulante serão compensadas com as antecipações registradas no ativo.

18) – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				30/06/2007			31/03/2007
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank – N. (3)	2013	6,00	US\$	80	96.310	96.390	104.143
ABN AMRO Real S.A. (4)	2009	6,35	US\$	14.456	20.947	35.403	45.816
Banco do Brasil –A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	13.727	96.601	110.328	126.478
Banco do Brasil S.A. (5)	2009	3,90	JPY	1.224	60.754	61.978	68.174
Banco Paribas	2012	5,89	EURO	3.245	11.616	14.861	15.344
Banco Paribas	2010	Libor + 1,87	US\$	12.103	44.739	56.842	61.790
KFW	2016	4,50	EURO	1.720	14.617	16.337	18.268
UNIBANCO (6)	2009	6,50	US\$	129.256	8.978	138.234	149.534
UNIBANCO (7)	2009	5,50	US\$	27	3.927	3.954	4.266
UNIBANCO (8)	2009	5,00	US\$	70	16.531	16.601	17.893
MBK Furukawa Sistemas S.A. / UNIBANCO	2008	Libor + 5,45	US\$	12.077	-	12.077	20.013
Tesouro Nacional (10)	2024	Libor + Spread	US\$	5.069	35.429	40.498	46.435
Deutsche Bank (10)	2010	Libor + 4,35	US\$	1.412	77.048	78.460	85.548
Outros	2025	Diversas	Diversas	8.081	15.186	23.267	24.846
Dívida em Moeda Estrangeira				202.547	502.683	705.230	788.548
MOEDA NACIONAL							
Banco Credit Suisse First Boston S.A.	2010	106,00 do CDI	R\$	177	75.000	75.177	75.225
Banco do Brasil	2009	111,00 do CDI	R\$	10.110	118.822	128.932	124.913
Banco do Brasil	2013	CDI + 1,70	R\$	7.400	109.277	116.677	118.250
Banco do Brasil	2013	107,60 do CDI	R\$	2.561	126.000	128.561	143.223
Banco do Brasil	2014	104,10 do CDI	R\$	26.528	1.200.000	1.226.528	1.267.141
Banco Itaú – BBA	2008	IGP-M + 10,48	R\$	161.116	-	161.116	180.446
Banco Itaú – BBA	2008	CDI + 2,00	R\$	3.860	40.000	43.860	42.413
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	21.712	300.865	322.577	327.179
HSBC Bank Brasil S.A	2008	CDI + 2,00	R\$	5.789	59.998	65.787	63.618
Banco Votorantim S.A.	2010	113,50 do CDI	R\$	2.973	54.372	57.345	56.269
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	5.717	101.316	107.033	103.680
Banco WESTLB do Brasil	2008	IGP-M + 10,48	R\$	40.279	-	40.279	45.123
BNDES	2008	SELIC + 1,00	R\$	100.268	-	100.268	135.687
Bradesco	2013	CDI + 1,70	R\$	17.205	377.253	394.458	412.976
Citibank S.A.	2007	102,00 do CDI	R\$	-	-	-	206.077
Debêntures (12)	2009	CDI + 1,20	R\$	31.312	349.556	380.868	368.966
Debêntures (12)	2011	104,00 do CDI	R\$	20.125	238.816	258.941	251.370
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (12)	2031	IGP-M	R\$	-	138.530	138.530	137.990
Debêntures (12)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	1.981	262.171	264.152	283.590
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	19.046	67.472	86.518	88.719
ELETROBRÁS	2023	6,00 a 8,00	R\$	26.905	237.537	264.442	233.019
Santander	2013	CDI + 1,70	R\$	1.204	79.673	80.877	81.578
UNIBANCO	2009	CDI + 2,98	R\$	2.725	104.095	106.820	111.032
UNIBANCO	2013	CDI + 1,70	R\$	25.085	309.285	334.370	332.188
UNIBANCO (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	962	73.587	74.549	83.167
Caixa Econômica Federal	2007	101,60 do CDI	R\$	400.000	-	400.000	-
Itaú e Bradesco (9)	2015	CDI + 1,70	R\$	110.241	879.760	990.001	958.169
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	2025	10,20	R\$	269	10.633	10.902	11.485
Debêntures I e IV (10)	2010/2015	TJLP + 4,00	R\$	4.532	29.893	34.425	213.985
Debêntures V (10)	2014	CDI + 1,75	R\$	12.503	243.750	256.253	256.524
BNDES – Recuperação de margem (10)	2007	SELIC + 1,00	R\$	43.809	-	43.809	68.996
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (11)	2014/2016	Diversas	R\$	18.314	130.014	148.328	152.291
Outros	2007/2017	Diversas	R\$	30.047	34.095	64.142	71.667
Dívida em Moeda Nacional				1.154.755	5.751.770	6.906.525	7.006.956
Total Geral Consolidado				1.357.302	6.254.453	7.611.755	7.795.504

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano;
libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano;
- (2) Empréstimo da controladora;
- (3) a (8) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos empréstimos e financiamentos considerando os swaps: (3) CDI + 2,00% a.a.; (4) CDI + 2,12% a.a.; (5) 111,00% do CDI; (6) CDI + 2,98% a.a.; CDI + 2,81% a.a. e CDI + 2,65% a.a.; (7) e (8) CDI + 3,01% a.a.;
- (9) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide nota explicativa nº12;
- (10) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light);
- (11) Empréstimos e financiamentos das empresas transmissoras adquiridas em agosto de 2006.
- (12) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

A Cemig Distribuição S.A. emitiu, em 29 de junho de 2007, R\$400 milhões em Notas Promissórias (commercial papers), com prazo de 180 dias e juros correspondente à taxa de 101,60% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP. As Notas Promissórias são garantidas por aval da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

A composição consolidada dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 em diante	Total
Moedas										
Dólar Norte-Americano	160.456	63.073	82.954	125.507	36.862	33.560	30.226	3.222	70.386	606.246
Euro	2.653	4.624	4.624	4.624	4.624	3.172	1.720	1.720	3.440	31.201
Yen	1.224	-	60.754	-	-	-	-	-	-	61.978
	164.333	67.697	148.332	130.131	41.486	36.732	31.946	4.942	73.826	699.425
Indexadores										
Índice Geral de Preços–Mercado–IGP-M	3.880	201.519	1.151	1.151	1.151	1.151	1.151	263.303	145.064	619.521
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	10.522	17.048	11.989	11.989	11.989	11.989	10.992	-	-	86.518
SELIC (*)	118.294	25.784	-	-	-	-	-	-	-	144.078
Certificado Depósito Interbancário – CDI	661.666	215.979	689.354	598.905	710.525	898.969	1.039.451	577.466	174.051	5.566.366
Reserva Global de Reversão - RGR	16.496	28.168	31.506	30.034	29.824	26.354	21.697	21.644	61.959	267.682
UMBNDDES (**)	2.539	4.235	4.133	3.892	3.771	3.771	3.771	3.771	3.791	33.674
URTJ (***)	18.683	29.550	22.021	21.925	19.975	19.975	19.975	19.883	17.730	189.717
Outros (IGPDI, INPC e TR) (****)	2.382	251	219	219	219	294	294	658	238	4.774
	834.462	522.534	760.373	668.115	777.454	962.503	1.097.331	886.725	402.833	6.912.330
	998.795	590.231	908.705	798.246	818.940	999.235	1.129.277	891.667	476.659	7.611.755

- (*) SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
 (**) UMBNDDES – Unidade Monetária do BNDES.
 (***) URTJ – Unidade de Referência de Taxa de Juros
 (****) IGPDI – índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna
 INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
 TR – Taxa Referencial

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação no trimestre findo em 30/06/2007 %	Variação acumulada em 2007 %	Indexadores	Variação no trimestre findo em 30/06/2007 %	Variação acumulada em 2007 %
Dólar Norte-Americano	(6,06)	(9,91)	IGP-M	0,35	1,46
Euro	(4,81)	(7,55)	FINEL	0,07	0,29
Yen	(9,97)	(12,76)	CDI	2,89	6,01
			SELIC	2,91	6,03
			UMBNDDES	(6,31)	(10,08)

Cláusulas contratuais restritivas – Covenants

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) que foram integralmente atendidas em 30 de junho de 2007.

19) – ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/06/2007	31/03/2007
Reserva Global de Reversão – RGR	13.066	11.710
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	45.203	37.157
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	37.512	34.806
Empréstimo Compulsório – Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	3.139	2.854
Eficiência Energética	139.993	143.889
Pesquisa e Desenvolvimento	100.794	93.244
Pesquisa Expansão Sistema Energético	18.550	19.014
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	37.229	38.140
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	1.248	1.146
	397.941	383.167
Passivo Circulante	395.568	374.788
Passivo Não Circulante – Outras Obrigações	2.373	8.379

20) – OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

a) Fundo de Pensão Forluz

A CEMIG é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição nos percentuais de 4,92%, 22,63% e 72,45%, respectivamente, determinados em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Plano B) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

Plano de Benefício Definido – Plano de benefícios adotado pela FORLUZ até 1998, através do qual é realizada a complementação do salário real médio dos três últimos anos de atividade do empregado nas Patrocinadoras em relação ao valor do benefício da Previdência Social Oficial.

A CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrado pela FORLUZ.

Amortização das Obrigações Atuariais

Parte da obrigação atuarial consolidada com benefícios pós-emprego no montante de R\$1.084.105 em 30 de junho de 2007 (R\$1.315.739 em 31 de março de 2007) foi reconhecida como obrigação a pagar pela CEMIG e suas controladas mencionadas e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Parte dos valores é reajustada anualmente com base no indexador atuarial do Plano de Benefício Definido (índice de reajuste salarial dos empregados da CEMIG, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, excluindo produtividade), e para o Plano Saldado, o reajuste se dá pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais - IPEAD, acrescido de 6% ao ano.

Os superávits técnicos que ocorram pelo período de três anos consecutivos poderão ser utilizados para a redução de parte das obrigações a pagar reconhecidas, conforme previsto contratualmente.

Em função do mencionado no parágrafo anterior, do superávit obtido em 2006, R\$207.000 foram utilizados em abril de 2007 para amortização do saldo devedor da dívida reconhecida. Esta amortização, contudo, produz apenas efeitos financeiros (caixa), não gerando reflexos no resultado da Companhia.

O passivo e as despesas reconhecidas pelas Companhias em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde e Seguro de Vida são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2006.

b) Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light, controlada da RME, é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Companhia vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos - A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96,00% dos participantes ativos dos demais planos.

Nos planos A e B, os benefícios são do tipo definido. No plano C, que é do tipo misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo contribuição definida, sem qualquer vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo definido.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da BRASLIGHT, integralmente registradas, e que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI (com um mês de defasagem) e juros de 6,00% ao ano.

O passivo e as despesas reconhecidas pela Light em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria são ajustados de acordo com os termos da Deliberação CVM 371 e laudo preparado por atuários independentes. A última avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2006.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Consolidado				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ	BRASLIGHT			
Passivo Líquido em 31 de março de 2007	634.635	245.277	289.083	10.364	379.042
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	(317)	4.277	14.379	1.627	9.736
Contribuições Pagas	(38.429)	(7.474)	(8.425)	(1.754)	(777)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2007	595.889	242.080	295.037	10.237	388.001
Passivo Circulante	89.086	17.540			
Passivo Não Circulante	506.803	224.540	295.037	10.237	388.001

	Controladora				
	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
	FORLUZ				
Passivo Líquido em 31 de março de 2007		29.803	14.223	510	16.594
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado		(16)	708	80	514
Contribuições Pagas		(1.893)	(418)	(99)	(37)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2007		27.894	14.513	491	17.071
Passivo Circulante		4.383	-	-	-
Passivo Não Circulante		23.511	14.513	491	17.071

Os valores registrados no circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela CEMIG no curto prazo para amortização das obrigações atuariais.

21) – PASSIVO REGULATÓRIO – REVISÃO DA RECEITA DE TRANSMISSÃO

Em função da publicação da Resolução Homologatória nº493 de 26 de junho de 2007 e da Nota Técnica nº046/2007 de 05 de junho de 2007 pela ANEEL, houve uma revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às novas instalações de transmissão integrantes da rede básica do sistema elétrico interligado e das demais instalações de transmissão para as concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica, sendo os efeitos retroativos a 1º de julho de 2005. Desta forma, foi apurada uma receita a maior em relação a períodos anteriores, originando um passivo que será amortizado em duas parcelas, sendo a primeira no ciclo 2007/2008 e a segunda no ciclo 2008/2009, no valor de R\$30.919.

22) – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A CEMIG e suas Controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Ação onde a Companhia é credora e com expectativa de êxito provável

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona judicialmente a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a receita financeira e outras receitas não operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, através da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998 e possui sentença favorável em 1ª Instância. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), sendo ressaltado que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado do Exercício representará R\$150.782, líquido de imposto de Renda e Contribuição Social.

Ações onde a Companhia é devedora

Para aquelas contingências cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia e suas controladas constituíram provisões para perdas.

A Administração da CEMIG acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos, se houver, não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da Controladora e do consolidado.

	Consolidado					Saldo Líquido em 30/06/07
	Saldo em 31/03/2007 (*)	Adições (Reversões)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	
Trabalhistas						
Diversos	99.955	9.967	-	109.922	(15.928)	93.994
Cíveis						
Danos Pessoais	8.393	3.198	-	11.591	-	11.591
Majoração Tarifária	134.544	1.704	(10.801)	125.447	(25.927)	99.520
Outras	106.790	(22)	(3.595)	103.173	(8.802)	94.371
Fiscais						
FINSOCIAL	20.641	90	-	20.731	-	20.731
PIS/COFINS	150.328	-	(71.429)	78.899	-	78.899
ICMS	19.135	-	(1.383)	17.752	-	17.752
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	40.925	2.465	-	43.390	-	43.390
Contribuição Social	6.351	61	-	6.412	-	6.412
INSS	33.917	266	-	34.183	(2.429)	31.754
Outras	2.524	5.843	-	8.367	(3.744)	4.623
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	35.344	-	(196)	35.148	(5.148)	30.000
Total	658.847	23.572	(87.404)	595.015	(61.978)	533.037

(*) Saldo de Contingências sem efeito de Depósitos Judiciais.

	Controladora					Saldo Líquido em 30/06/2007
	Saldo em 31/03/2007 (*)	Adições (Reversões)	Baixas	Saldo	Depósito Judicial	
Trabalhistas						
Diversos	64.419	5.005	-	69.424	(11.266)	58.158
Cíveis						
Danos Pessoais	8.393	3.198	-	11.591	-	11.591
Majoração Tarifária	112.964	-	(10.801)	102.163	(25.927)	76.236
Outras	54.673	(5.058)	-	49.615	(3.140)	46.475
Fiscais						
FINSOCIAL	20.641	90	-	20.731	-	20.731
ICMS	-	-	-	-	-	-
Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa	40.925	2.465	-	43.390	-	43.390
INSS	899	28	-	927	-	927
Outras	2.524	5.843	-	8.367	(3.744)	4.623
Regulatórios						
Processos Administrativos da ANEEL	5.344	-	(196)	5.148	(5.148)	-
Total	310.782	11.571	(10.997)	311.356	(49.225)	262.131

(*) Saldo de Contingências sem efeito de Depósitos Judiciais.

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) Trabalhistas

As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos de horas-extras e adicional de periculosidade.

(b) Reclamações Cíveis – Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. A CEMIG estima os valores a serem provisionados com base nos valores faturados questionados e com base em decisões judiciais recentes. O valor total da exposição da CEMIG e suas controladas nessa matéria, conforme entendimento da Administração, é de R\$125.447, integralmente provisionado.

(c) PIS-COFINS

A Light, controlada da RME, questiona as alterações perpetradas pela Lei 9.718/98 na sistemática de apuração do PIS e da COFINS, referente a ampliação da base de cálculo dos referidos tributos e majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%.

Os valores não recolhidos são provisionados e vem sendo atualizados pela SELIC. Em 09 de novembro de 2005, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a ampliação da base de cálculo da COFINS. A mesma tese é aplicada ao PIS.

Em 30 de junho de 2007, a companhia baseada na opinião de seus assessores legais, efetuou a reversão de R\$73.850, pela decadência de exigibilidade desses tributos, tendo em vista o não lançamento do crédito fiscal por parte do fisco federal dentro do período de 5 anos fixados no Código Tributário Nacional - CTN. Do montante, R\$33.125 refere-se a expansão de base de cálculo e R\$40.750 refere-se ao aumento da alíquota de 2% para 3%.

Os valores provisionados até 30 de junho de 2007 na Companhia são como segue:

- R\$68.975 em relação à expansão da base de cálculo, objeto de julgamento, em ação similar na qual o STF decidiu favoravelmente aos contribuintes; e
- R\$8.725 referente ao aumento da alíquota da Cofins de 2% para 3%, que ainda não teve o julgamento do mérito.

A Light está aguardando o julgamento do processo ou uma resolução do Senado Federal, tendo por base a decisão do STF, declarando a inconstitucionalidade desta Lei, o que possibilitará a reversão da referida provisão, no que se refere a porção relativa à expansão da base de cálculo do PIS e COFINS.

Os valores informados acima correspondem a 25% do total em conformidade a consolidação proporcional efetuada pela Companhia.

(d) ICMS

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos estão sendo objeto de contestação no âmbito administrativo e judicial. A administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda provável, estando provisionado o montante de R\$17.752.

(e) Impostos e Contribuições – Exigibilidade Suspensa

A provisão constituída de R\$43.390 (R\$40.925 em 31 de março de 2007) refere-se à dedução na base de cálculo do IRPJ da despesa com Contribuição Social paga desde 1998. A CEMIG possui liminar concedida pela 8ª Vara da Justiça Federal, em 17 de abril de 1998, para não recolhimento deste tributo.

(f) INSS

Em dezembro de 1999 o INSS lavrou autos de infração contra a Light em função de responsabilidade subsidiária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros.

A Light questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada conseguida, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da empresa.

A expectativa de perdas nas ações mencionadas é considerada provável e os valores provisionados referentes às ações movidas pelo INSS representam o montante de R\$34.183 (R\$33.917 em 31 de março de 2007).

(g) Processos Administrativos da ANEEL

Em 09 de janeiro de 2007, a ANEEL notificou a Cemig Distribuição S.A. por considerar incorretos alguns critérios adotados pela Companhia na apuração da receita com subvenção de baixa renda, questionando os critérios de identificação dos consumidores que deveriam receber o benefício e também o cálculo de apuração da diferença a ser reembolsada pela Eletrobrás, no montante estimado de R\$143.000. A Companhia constituiu uma provisão correspondente a perda que considera como provável na questão, no valor de R\$30.000.

(h) Processo Administrativo de Natureza Ambiental

A Cemig Geração e Transmissão foi autuada pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, alegando que a Companhia deixou de adotar medidas de proteção à fauna ictiológica, causando mortalidade de peixes, em decorrência de vazão e operação de máquinas na Usina Hidrelétrica de Três Marias. A Companhia apresentou defesa e considera o risco de perda nesta ação como provável no valor de R\$5.036.

(i) Outros

Refere-se basicamente a diversas reivindicações de pessoas que sofreram danos, principalmente por acidentes sofridos em decorrência dos negócios da Companhia e danos sofridos pela interrupção de fornecimento de energia. A provisão em 31 de dezembro de 2006 representa a perda potencial sobre as reivindicações.

(j) Ações com avaliação de perda possível ou remota

A CEMIG, suas controladas e controladas em conjunto discutem em juízo outras ações para as quais consideram ser possível ou remota sua perda no desfecho das causas, sendo os detalhes das ações mais relevantes descritos a seguir:

(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Benefícios Pós-Emprego

A Secretaria da Receita Federal, em 11 de outubro de 2001, emitiu um Auto de Infração, no montante atualizado de R\$301.629, em função da utilização de créditos fiscais que resultaram na retificação, para redução dos impostos a pagar, das declarações de imposto de renda de 1997, 1998 e 1999. As declarações de imposto de renda foram retificadas como resultado da mudança no método de contabilização do passivo de benefícios pós-emprego. As obrigações pós-emprego adicionais que resultaram das alterações na forma de contabilização foram reconhecidas nos exercícios fiscais retificados, resultando em prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

A CEMIG apresentou um recurso administrativo junto ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda obtendo decisão favorável para os anos de 1997 e 1998 e desfavorável em relação ao ano de 1999. Essa decisão desfavorável implicaria na redução no prejuízo fiscal/base negativa, registrados como créditos tributários, no montante histórico de R\$26.631. Os créditos tributários não foram reduzidos e não foi constituída provisão de contingências para fazer face a eventuais perdas em função desta decisão, tendo em vista que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para recuperação dos referidos créditos fiscais em defesa na esfera judicial. Desta forma, considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

Os créditos fiscais constituídos, mencionados no parágrafo anterior, foram utilizados pela CEMIG na compensação de impostos e contribuições federais pagos nos exercícios de 2002 e 2003. Devido a este fato, a CEMIG teve o processo de compensação indeferido pela Receita Federal e estaria exposta a uma penalidade adicional, atualizada para 30 de junho de 2007, de R\$264.535. Com a decisão do Conselho de Contribuintes, mencionada acima, a CEMIG considera que o indeferimento deste processo de compensação torna-se sem efeito. Não foi constituída provisão para contingências para fazer face a eventuais perdas, já que a CEMIG considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados e considera sua expectativa de perda nesta ação como remota.

(ii) ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação

O Estado de Minas Gerais processou a Companhia pelo não pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD referente às contribuições de consumidores cujo montante, em 30 de junho de 2007 é R\$130.187. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível.

(iii) Atos da Agência Reguladora e Tribunal de Contas

A ANEEL impetrou ação administrativa contra a CEMIG afirmando que a Companhia deve R\$647.614, ao Governo Federal, em decorrência de um alegado erro no cálculo dos créditos da CRC – Conta de Resultados a Compensar, que foram previamente utilizados para reduzir as quantias devidas ao Governo Federal. Em 31 de outubro de 2002, a ANEEL emitiu uma decisão administrativa final contra a CEMIG. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu ofício de cobrança no valor de R\$516.246. A CEMIG não efetuou o pagamento por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessa ação é possível.

Em 14 de novembro de 2003, o Tribunal de Contas da União iniciou um procedimento administrativo contra a ANEEL para avaliar os critérios adotados pela Agência no Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica. O Tribunal de Contas solicitou a CEMIG que providenciasse certas informações com relação a suas tarifas, o que, de acordo com o Tribunal de Contas da União, foram aprovadas incorretamente pela ANEEL.

Adicionalmente, o Tribunal de Contas da União contestou o índice e o Fator X utilizados pela ANEEL na revisão tarifária de 2003. A CEMIG impetrou um processo administrativo antes que o Tribunal de Contas da União contestasse a decisão.

A potencial perda nessas ações do Tribunal de Contas é de R\$80.021. A Companhia não registrou nenhuma provisão e considera a expectativa de perda como possível.

(iv) Taxa de Ocupação do Solo

Alguns municípios do Estado de Minas Gerais impetraram ações contra a Companhia em função do pagamento da taxa de ocupação do solo. Existem alguns processos administrativos e ações judiciais relacionadas a essas matérias, no montante aproximado de R\$6.981. A Companhia considera a expectativa de perda na ação como remota.

(v) Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio e Participação nos Resultados

A CEMIG e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição pagaram uma indenização aos empregados no exercício de 2006, no montante de R\$177.685, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia e suas controladas não efetuaram os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerarem que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia e suas controladas decidiram impetrar mandatos de segurança que permitiram o depósito judicial no valor das potenciais obrigações sobre esta verba, no montante de R\$121.835, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Companhia e suas controladas consideraram o risco de perda nesta ação como possível.

Em setembro de 2006 a CEMIG foi notificada pelo INSS em função do não recolhimento da contribuição previdência sobre os valores pagos a título de participação nos resultados no período de 2000 a 2004, que representa o montante de R\$95.092. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra a decisão. Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a CEMIG acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada possível.

(vi) ICMS - Baixa Renda

Desde 2002 a Companhia recebe uma subvenção da Eletrobrás em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, referente ao período de 2002 a 2005, por considerar que a subvenção recebida deve ser incluída na base de cálculo do ICMS. A potencial perda nessa ação é de R\$98.663, não incluindo o ICMS que poderia ser questionado pela Secretaria referente aos períodos subseqüentes a autuação. Nenhuma provisão foi constituída para fazer face a essa disputa, uma vez que a Companhia acredita não ser uma obrigação legal e ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda. A expectativa de perda nesta ação é considerada como possível.

(vii) Reclamações Cíveis – Consumidores

Diversos consumidores e o Promotor Público do Estado de Minas Gerais impetraram ações cíveis contra a CEMIG contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo: os subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, a recomposição tarifária extraordinária e o índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003 e solicitando o reembolso em dobro dos montantes considerados cobrados erroneamente pela Companhia. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.

A Companhia é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente à contribuição de iluminação pública, no valor total de R\$488.446. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação. A expectativa de perda nessas ações é considerada possível.

Adicionalmente às questões descritas acima, a CEMIG e suas controladas estão envolvidas, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes relacionadas a estas questões que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado consolidado das operações da Companhia.

23) – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Saldo em 31 de março de 2007	7.929.085
Lucro Líquido do Trimestre	514.997
Saldo em 30 de junho de 2007	<u>8.444.082</u>

Aumento do Capital Social

Foi aprovado na Assembléia Geral de Acionistas ocorrida em 26 de abril de 2007 um aumento do Capital Social através da utilização das Reservas de Lucros de forma a atender ao estabelecido no artigo 199 da Lei das S.A., que limita o saldo dessas Reservas ao valor do Capital da Companhia.

Dessa forma, foi aprovado o aumento do Capital Social da CEMIG de R\$1.621.538 para R\$2.432.307 com emissão de novas ações, mediante a capitalização de R\$810.769 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros, distribuindo-se aos acionistas, em conseqüência, uma bonificação de cinquenta por cento, em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$ 0,01.

Grupamento de Ações

Também foi aprovado na Assembléia Geral o Grupamento das ações da Companhia, de cada lote de 500 ações de valor nominal de R\$0,01 cada para 1 ação de valor nominal de R\$ 5,00. A efetivação do Grupamento ocorreu em 4 de junho de 2007.

24) – FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado					
	(Não revisado pelos auditores independentes)					
	Nº de Consumidores		MWh (*)		R\$	
	30/06/2007(*)	30/06/2006	30/06/2007	30/06/2006	30/06/2007	30/06/2006
Residencial	8.664.083	4.984.274	4.405.064	3.310.420	2.201.447	1.670.582
Industrial	84.801	69.496	11.838.179	11.892.579	1.567.082	1.299.874
Comércio, Serviços e Outros	826.672	541.673	2.815.002	1.947.818	1.252.897	831.074
Rural	550.271	446.266	933.543	859.973	262.036	236.480
Poder Público	60.054	48.617	484.149	294.581	189.167	120.395
Iluminação Pública	2.621	2.251	613.032	523.272	157.293	131.689
Serviço Público	8.976	7.514	650.540	499.600	174.389	124.709
Sub-Total	10.197.478	6.100.091	21.739.509	19.328.243	5.804.311	4.414.803
Consumo Próprio	1.154	768	27.391	14.872	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	-	41.662	61.268
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	-	-	(25.728)	32.818
	10.198.632	6.100.859	21.766.900	19.343.115	5.820.245	4.508.889
Suprimento a Outras Concessionárias (**)	44	43	6.403.092	4.988.424	457.768	324.108
Transações com energia na CCEE	-	-	-	-	66.167	49.995
Total	10.198.676	6.100.902	28.169.992	24.331.539	6.344.180	4.882.992

(*) A tabela de consumidores inclui 100% dos consumidores da Light, controlada da RME.

A tabela de MWh inclui 25,00% dos MWh totais vendidos pela Light.

(**) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

Reajuste Tarifário

As tarifas da Cemig Distribuição tiveram um aumento médio de 5,16% a partir de 8 de abril de 2007. O reajuste tarifário teve aplicação diferenciada por categoria de consumo. Exemplificando, os consumidores residenciais tiveram um percentual de aumento de 6,50% em suas contas de energia comparado a um aumento de 2,89% para os consumidores de alta tensão.

Para os consumidores livres da Cemig Geração e Transmissão e outras controladas, são celebrados contratos individuais indexados principalmente à variação do IGP-M e do dólar norte-americano.

Consumidores de Baixa Renda

O Governo Federal, através das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – “ELETROBRÁS” reembolsa as distribuidoras pelas perdas de receita verificadas em função dos critérios adotados a partir de 2002 para classificação dos consumidores na Subclasse Residencial Baixa Renda, tendo em vista a tarifa mais baixa aplicada em suas contas de energia elétrica.

25) – RECEITA DE USO DA REDE

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Consolidado	
	<u>30/06/2007</u>	<u>30/06/2006</u>
TUSD	730.050	665.583
Receita de uso da Rede Básica	194.782	233.446
Receita de Sistema de Conexão	100.330	54.891
	<u>1.025.162</u>	<u>953.920</u>

Conforme consta dos contratos de concessão estabelecidos entre a ANEEL e as empresas de transmissão Transleste, Transudeste, ERTE, EATE, ENTE, ETEP e ECTE, as receitas a serem auferidas nos últimos 15 anos dos mencionados contratos são 50,00% inferiores às verificadas nos primeiros 15 anos da concessão. A Companhia reconhece as receitas dessas concessões de acordo com os referidos contratos.

26) – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	<u>30/06/2007</u>	<u>30/06/2006</u>	<u>30/06/2007</u>	<u>30/06/2006</u>
Fornecimento de Gás	132.006	139.409	-	-
Serviço Taxado	6.511	5.388	-	-
Serviço de Telecomunicações e TV a Cabo	66.440	60.096	-	-
Prestações de Serviços	19.755	12.496	272	155
Aluguel e Arrendamento	25.886	14.996	214	578
Outras	5.142	338	-	-
	<u>255.740</u>	<u>232.723</u>	<u>486</u>	<u>733</u>

27) – DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2007	30/06/2006	30/06/2007	30/06/2006
ICMS	1.483.590	1.117.816	-	-
COFINS	544.395	477.922	-	-
Reserva Global de Reversão – RGR	79.778	(14.948)	-	-
PIS-PASEP	116.495	108.922	-	58
Encargo de Capacidade Emergencial	-	5.799	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	14.568	13.744	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	194.059	151.135	-	-
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	244.596	222.049	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento -P&D	14.427	13.926	-	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	13.778	11.757	-	-
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE/MME	15.990	5.849	-	-
Outras	443	2.784	12	8
	2.722.119	2.116.755	12	66

A CEMIG recolhe o ICMS incidente sobre a RTE e Reajuste Tarifário Diferido em conformidade ao faturamento dos valores na conta de energia elétrica.

A redução nos valores provisionados de RGR em 2006 deve-se ao ajuste na provisão referente ao exercício de 2004, no montante de R\$65.760, em função da homologação pela ANEEL da referida despesa em um montante inferior ao estimado pela Companhia.

28) – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/06/2007	30/06/2006	30/06/2007	30/06/2006
Pessoal, Administradores e Conselheiros	493.522	614.226	11.358	27.157
Participações dos Empregados nos Resultados	42.344	38.726	415	1.012
Obrigações Pós-Emprego	60.263	75.055	2.572	3.693
Materiais	43.944	38.302	160	247
Serviços de Terceiros	274.457	217.131	4.641	5.347
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.251.612	1.000.583	-	-
Depreciação e Amortização	378.732	302.812	350	345
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	71.957	55.049	-	-
Provisões Operacionais	156.558	79.992	29.751	20.516
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	400.178	421.735	-	-
Gás Comprado para Revenda	62.181	76.399	-	-
Outras Despesas Líquidas	157.676	90.801	5.413	1.861
	3.393.424	3.010.811	54.660	60.178

a) DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	30/06/2007	30/06/2006	30/06/2007	30/06/2006
Remunerações e Encargos	482.798	426.126	9.026	15.525
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	32.900	28.208	1.165	1.645
Benefícios Assistenciais	54.521	50.158	1.167	1.621
	570.219	504.492	11.358	18.791
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(76.697)	(67.598)	-	(127)
	493.522	436.894	11.358	18.664
Indenização do Anuênio	-	177.332	-	8.493
	493.522	614.226	11.358	27.157

b) ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA	Consolidado		Controladora	
	30/06/2007	30/06/2006	30/06/2007	30/06/2006
Energia de Itaipu Binacional			562.914	495.017
Energia de curto prazo			30.431	22.748
PROINFA			35.728	12.774
Contratos Iniciais			11.413	30.580
Contratos Bilaterais			144.744	67.559
Energia de Leilão – Ambiente Regulado			459.896	367.744
Outros			6.486	4.161
			1.251.612	1.000.583

c) PROVISÕES OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/06/2007	30/06/2006	30/06/2007	30/06/2006
Prêmio de Aposentadoria	477	2.616	61	152
Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	79.301	43.562	(816)	(8.937)
Provisão para Contingências Trabalhistas	37.322	16.760	37.491	12.247
Provisão (Reversão) para Processos Administrativos da ANEEL	29.077	2.987	(923)	2.987
Provisão (Reversão) para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	(495)	11.469	(495)	11.469
Provisão (Reversão) para Cíveis – Majoração Tarifária	(928)	1.853	(2.091)	1.853
Lucro Inflacionário	5.843	-	5.843	-
Outras	5.961	745	(9.319)	745
	156.558	79.992	29.751	20.516

d) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	Consolidado		Controladora	
	30/06/2007	30/06/2006	30/06/2007	30/06/2006
Arrendamentos e Aluguéis	26.034	17.810	227	80
Propaganda e Publicidade	13.284	12.326	315	512
Consumo Próprio de Energia Elétrica	10.251	6.462	-	-
Combustível para Produção de Energia Elétrica	0	4.722	-	196
Subvenções e Doações	7.374	8.172	415	-
Taxa de Fiscalização da ANEEL	18.351	16.738	-	-
Concessão Onerosa	5.793	998	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	5.746	4.301	61	41
Seguros	2.795	2.581	23	68
Contribuição ao MAE	1.689	-	2	-
Taxa de Licenciamento – TDRF (*)	22.429	-	-	-
Outras Despesas	43.930	16.691	4.370	964
	157.676	90.801	5.413	1.861

(*) TDRF – Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias

29) – RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2007	30/06/2006	30/06/2007	30/06/2006
RECEITAS FINANCEIRAS -				
Renda de Aplicação Financeira	95.194	99.398	1.688	16.517
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	50.048	83.784	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	47.262	41.267	-	41.267
Reversão da Provisão para Perdas Referente ao Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	(19.978)	-	(19.978)
Variação Monetária da CVA	28.268	37.965	-	-
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	317.012	173.775	13.508	15.201
Variação Monetária – Reajuste Tarifário Diferido	61.017	102.943	-	-
Variações Cambiais	77.048	84.386	-	2
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(3.456)	(29.423)	(16.934)	(15.184)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	2.546	3.030	-	-
Rendas FIDC	-	-	14.476	3.001
Outras	73.347	53.658	17.440	28.695
	<u>748.286</u>	<u>630.805</u>	<u>30.178</u>	<u>69.521</u>
DESPESAS FINANCEIRAS -				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(409.356)	(319.877)	(5.413)	(6.941)
Variação Monetária – Acordo Geral do Setor Elétrico	(106.789)	(33.348)	-	-
Variação Monetária - CCEE	(10.497)	(5.370)	-	-
Variação Monetária da CVA	(23.026)	(26.501)	-	-
Variações Cambiais	2.173	(7.122)	(1.702)	(6)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos C.P.M.F.	(8.824)	(12.373)	(237)	-
Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre	(136.929)	(47.149)	(13.508)	(15.201)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(89.858)	(82.376)	-	-
Outras	(56.423)	(63.405)	(14.940)	(31.591)
	<u>(871.461)</u>	<u>(632.358)</u>	<u>(37.580)</u>	<u>(62.244)</u>
Juros sobre o Capital Próprio	-	(169.067)	-	(169.067)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>(123.175)</u>	<u>(170.620)</u>	<u>(7.402)</u>	<u>(161.790)</u>

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre as receitas financeiras com ativos regulatórios e juros sobre o capital próprio.

Não houve encargos financeiros e variação monetária ou cambial capitalizada no 1º semestre de 2007 (R\$13.132 de encargos financeiros e R\$2.386 de variações monetárias/cambiais no 1º semestre de 2006).

30) – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da CEMIG e suas controladas são como segue:

EMPRESAS	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2007	31/03/2007	30/06/2007	31/03/2007	30/06/2007	30/06/2006	30/06/2007	30/06/2006
Cemig Distribuição S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	427.069	655.473	-	-	75.172	65.811	-	-
Fornecimento de Energia Elétrica	16.030	8.547	-	-	-	-	-	-
Outros	2.194	1.378	1.624	1.447	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	130.701	346.308	-	-	94.394	83.142	-	-
Fornecimento de Energia Elétrica	-	-	16.030	8.547	-	-	-	-
Outros	14	8	2.132	2.126	-	-	-	-
Light S.A.								
Compra de Energia Elétrica	8.387	6.265	-	-	29.280	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Consumidores e Revendedores	2.231	2.424	-	-	30.995	27.535	-	-
Tributos Compensáveis - ICMS - Circulante	8.370	23.679	285.211	266.599	(1.228.369)	(1.117.816)	-	-
Contas a Receber do Governo do Estado - CRC	1.746.346	1.705.237	-	-	47.262	21.289	-	-
Tributos Compensáveis - ICMS - Não Circulante	293.988	279.385	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores	32.698	34.622	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	153.872	307.894	-	-	-	-
Debêntures	-	-	138.530	137.990	-	-	(540)	(970)
Fundo de Direitos Creditórios	-	-	990.001	958.169	-	-	-	-
Financiamentos - BDMG	-	-	13.568	20.364	-	-	-	-
Forluz								
Obrigações Pós-Emprego - Circulante	-	-	89.086	113.517	-	-	(50.848)	(75.055)
Obrigações Pós-Emprego - Não Circulante	-	-	1.200.078	1.199.607	-	-	-	-
Outros	-	-	14.081	21.409	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	-	-	-	(32.900)	(28.208)
Custeio Administrativo	-	-	-	-	-	-	(5.803)	(5.238)
Outros	619	619	-	-	-	-	-	-

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nºs 4, 9, 12, 17, 18, 20, 24, 27, 28 e 29.

O saldo de consumidores e revendedores referente ao Governo do Estado de Minas Gerais, no montante de R\$32.698 em 30 de junho de 2007 a curto e longo prazo, inclui os valores a receber da COPASA, que foram renegociados para pagamento em 96 meses.

31) – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CEMIG utiliza instrumentos financeiros restritos a Disponibilidades, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Empréstimos e Financiamentos e Debêntures, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

A CEMIG mantém políticas e estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança, bem como possui procedimentos de monitoramento dos saldos, e tem operado com bancos que atendem a requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo critérios gerenciais definidos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Instrumentos derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela CEMIG e suas controladas têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Em 30 de junho de 2007, a CEMIG mantinha instrumentos de troca de resultados financeiros – “swap” junto a instituições financeiras, para fazer face às oscilações que possam ocorrer na moeda nacional com relação ao dólar Norte-Americano no montante equivalente a US\$131.098 (R\$252.521) e Yen no montante equivalente a ¥3.878.825 (Yen Japonês) (US\$31.536 – R\$60.745).

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos realizados e não realizados nestas operações acumulavam perdas consolidadas no 2º trimestre de 2007 e 2006, nos montantes de R\$87.312 e R\$79.346, respectivamente, registrados no resultado financeiro.

O reconhecimento do resultado líquido não realizado nas operações com instrumentos derivativos é feito pelo regime de competência de exercícios, o que pode gerar diferenças quando comparado com o valor estimado de mercado de tais instrumentos. Esta diferença decorre do fato do valor de mercado compreender o reconhecimento a valor presente dos ganhos ou perdas futuros a serem incorridos nas operações, de acordo com a expectativa do mercado no momento em que o valor de mercado é apurado.

O quadro a seguir apresenta os instrumentos derivativos contratados pelas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, os ganhos/(perdas) não realizados, registrados, e a respectiva estimativa do valor de mercado destes instrumentos em 30 de junho de 2007:

Direito da CEMIG	Obrigação da CEMIG	Período de Vencimento	Valor principal contratado - milhares	30 de junho de 2007	
				Valor Contábil	Valor Estimado de Mercado
¥ (Yen Japonês) variação cambial + taxa (3,90% a.a.)	R\$ atrelado a variação do CDI (111,00% CDI)	Em 12/2009	¥3.878.825	(18.892)	(18.286)
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,48% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (2,00% a.a. a 3,01% a.a.)	De 12/2007 até 06/2013	US\$131.098	(222.577)	(235.056)
				(241.469)	(253.342)

Adicionalmente, a controlada em conjunto Light utiliza operações de “swap” para redução dos riscos da variação cambial, cujo valor líquido não realizado destas operações, em 30 de junho de 2007, é negativo em R\$9.954.

32) – RENOVAÇÃO DE CONCESSÕES DE USINAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em reunião ocorrida no dia 03 de outubro de 2006, a Diretoria da ANEEL, por maioria, decidiu aprovar o encaminhamento ao Ministério de Minas e Energia - MME de um conjunto de alternativas (devidamente instruídas e apontando suas vantagens e desvantagens) para decisão quanto aos Requerimentos de Prorrogação de Concessões formulados pela Cemig Geração e Transmissão para as usinas de Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias, Emborcação, Nova Ponte e Santa Luzia, com capacidade instalada total de 1.735 MW.

Em 14 de junho de 2007, o Ministério das Minas e Energia (MME) renovou o prazo de concessão por um período de 20 anos a contar da data de vencimento. A assinatura do contrato de renovação das concessões será provavelmente realizada no segundo semestre de 2007. O Aditivo ao Contrato de Concessão observará as normas e condições estabelecidas pela legislação pertinente, bem como aquelas previstas na Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, e seus respectivos regulamentos.

33) – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Demonstração de acordo com os critérios de divulgação estabelecidos pelo pronunciamento contábil norte-americano SFAS 95 - *Statement of Cash Flows*, considerando que a Companhia é registrada na SEC – *Security and Exchange Commission* e também elabora demonstrações financeiras em conformidade com princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“ U.S. GAAP”).

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2007	30/06/2006	30/06/2007	30/06/2006
DAS OPERAÇÕES				
Lucro Líquido do Período	921.629	665.077	921.629	665.077
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa				
Depreciação e Amortização	378.732	302.812	350	345
Baixas Líquidas de Imobilizado	6.743	6.267	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	(1.017.634)	(702.938)
Participação de Minoritários	74.682	143	-	-
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	(270.808)	(178.333)	(27.747)	(67.514)
Provisão de Perdas na Recuperação dos Valores da				
Recomposição Tarifária Extraordinária	136.929	47.149	13.508	15.201
Provisões para Perdas Operacionais	93.896	78.682	29.751	21.797
Provisões para Perdas com Instrumentos Financeiros	87.312	79.346	-	-
Obrigações Pós-Emprego	60.263	75.055	2.572	3.693
Provisão para Perdas com o Contas a Receber do Governo do				
Estado de Minas Gerais	-	19.978	-	19.978
Impostos Federais Diferidos	(267.145)	95.449	(11.798)	3.453
Outros	13.488	(1.523)	15.803	-
	<u>1.235.721</u>	<u>1.190.102</u>	<u>(73.566)</u>	<u>(40.908)</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(73.918)	(305.206)	-	-
Revendedores – Transações na CCEE/MAE	67.199	125.876	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária	172.962	125.821	-	-
Créditos Tributários Diferidos	(179.397)	(62.395)	7.990	(31.488)
Recebimento de Contas a Receber do Governo do Estado de				
Minas Gerais	59.330	-	-	-
Tributos Compensáveis	(664.358)	(394.942)	(31.811)	(38.347)
Outros Ativos Circulantes	83.141	(211.921)	1.495	28.893
Despesas Antecipadas – CVA	(213.480)	41.237	-	-
Dividendos Recebidos de Controladas	-	-	770.588	577.286
Concessionária Transporte de Energia	(81.156)	(55.275)	-	-
Depósitos Judiciais	(30.241)	(23.369)	(4.142)	(28.537)
Reajuste Tarifário Diferido	256.659	178.496	-	-
Outros Realizáveis a Longo Prazo	(3.464)	(3.835)	(1.171)	(5.901)
	<u>(606.723)</u>	<u>(585.513)</u>	<u>742.949</u>	<u>501.906</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	(161.875)	(88.906)	(2.180)	(9.597)
Tributos e Contribuição Social	760.471	224.002	64.410	(10.818)
Salários e Contribuições Sociais	11.349	111.877	(1.707)	97
Encargos Regulatórios	(37.391)	38.387	-	-
Empréstimos e Financiamentos	86.625	59.013	(5.830)	(7.644)
Obrigações Pós-Emprego	(116.180)	(118.739)	(5.285)	(5.850)
Passivo Regulatório - CVA	348.974	119.804	-	-
Instrumentos Financeiros	(22.417)	(26.084)	-	-
Outros	(59.538)	(88.403)	(2.143)	12.557
	<u>810.018</u>	<u>230.951</u>	<u>47.265</u>	<u>(21.255)</u>
CAIXA GERADO (ABSORVIDO) PELAS OPERAÇÕES	1.439.016	835.540	716.648	439.743

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2007	30/06/2006	30/06/2007	30/06/2006
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Financiamentos Obtidos	354.243	969.380	-	-
Aumento de Capital	180.152	-	-	-
Alienação de Participação no FIDC	-	-	-	900.000
Recebimento de Quotas do FIDC	-	-	3.633	-
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(749.665)	(134.971)	(30.246)	-
Empréstimos de Curto Prazo	200.000	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(680.383)	(1.448.962)	(680.383)	(1.448.962)
	<u>(695.653)</u>	<u>(614.553)</u>	<u>(706.996)</u>	<u>(548.962)</u>
TOTAL DE INGRESSO (SAÍDA) DE RECURSOS	743.363	220.987	9.652	(109.219)
INVESTIMENTOS				
Em Investimentos	(58.535)	(14.901)	(1.032)	(8.841)
No Imobilizado	(562.728)	(645.601)	(8)	101
Obrigações Especiais – Contribuições do Consumidor	141.704	101.134	-	-
No Diferido	(637)	(194)	-	-
	<u>(480.196)</u>	<u>(559.562)</u>	<u>(1.040)</u>	<u>(8.740)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	263.167	(338.575)	8.612	(117.959)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA				
No início do período	1.375.501	1.344.135	23.389	300.510
No fim do período	1.638.668	1.005.560	32.001	182.551
	<u>263.167</u>	<u>(338.575)</u>	<u>8.612</u>	<u>(117.959)</u>

34) – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR EMPRESA (não revisada pelos auditores independentes)

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG - GT	CEMIG - D	RME LIGHT	ETPE, ENTE, ERTE, EATE, ECTE	GASMIG	INFOVIAS	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS	FIDC	ELIMINAÇÕES	TOTAL
ATIVO	9.744.599	7.697.074	10.357.527	2.072.391	268.884	326.410	369.739	137.912	106.142	419.136	990.001	(8.110.376)	24.379.439
Disponibilidades	32.001	679.439	547.828	122.126	34.388	76.843	25.330	33.467	24.268	62.958	-	-	1.638.668
Contas a Receber	1.335.612	384.896	3.007.577	519.134	7.820	138.252	31.203	4.485	2.486	22.898	990.001	(714.896)	5.729.468
Ativo Regulatório	-	72.581	1.722.751	23.681	-	-	-	-	-	-	-	-	1.819.013
Outros Ativos	728.548	752.370	1.215.785	414.385	3.785	25.919	52.770	26.835	3.921	18.163	-	(34.877)	3.207.804
Investimentos/Imobilizado/Diferido	7.648.438	5.807.788	3.863.586	993.065	222.891	85.396	260.436	73.105	75.467	315.117	-	(7.360.603)	11.984.686
PASSIVO	9.744.599	7.697.074	10.357.527	2.072.391	268.884	326.410	369.739	137.912	106.142	419.136	990.001	(8.110.376)	24.379.439
Fornecedores e Suprimento	4.166	121.282	852.210	114.188	1.589	17.632	20.879	3.767	3.573	13.532	-	(31.113)	1.121.705
Emprestimo, Financiamento e Debentures	74.549	3.112.962	2.750.860	471.605	151.277	-	13.174	-	-	47.327	990.001	-	7.611.755
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	693.445	130.701	427.069	-	8.846	9.713	-	-	-	3.938	-	(580.267)	693.445
Obrigações Pós-Emprego	59.969	291.992	937.204	242.079	-	-	-	-	-	-	-	-	1.531.244
Outros Passivos	468.388	801.474	2.679.736	502.010	7.369	130.684	9.797	29.682	6.088	32.338	-	(138.393)	4.529.173
Resultado de Exercícios Futuros	-	-	-	88.504	-	-	-	-	-	-	-	-	88.504
Participações minoritárias	-	-	-	338.795	-	-	20.736	-	-	-	-	-	359.531
Patrimônio Líquido	8.444.082	3.238.663	2.710.448	315.210	99.803	168.381	305.153	104.463	96.481	322.001	-	(7.360.603)	8.444.082
RESULTADO													
Receita Operacional Líquida	474	1.208.373	2.797.424	688.921	32.948	101.359	58.180	19.416	12.322	59.506		(59.232)	4.919.691
Custo e Despesa Operacional													
Pessoal	(11.773)	(124.836)	(349.396)	(35.909)	(654)	(4.414)	(6.475)	(497)	(682)	(1.230)	-	-	(535.866)
Materiais	(160)	(6.775)	(33.616)	(1.974)	(98)	(581)	(433)	(80)	(96)	(131)	-	-	(43.944)
Serviços de Terceiros	(4.641)	(41.496)	(172.200)	(30.285)	(1.793)	(2.279)	(10.286)	(1.589)	(1.426)	(8.460)	-	-	(274.457)
Comp. Financ. Utilização Recursos Hídricos	-	(67.391)	(2.381)	-	-	-	-	(816)	(578)	(791)	-	-	(71.957)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	-	(898.815)	(327.753)	-	-	-	-	20	(1.024)	-	-	(75.960)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(124.789)	(227.896)	(41.436)	-	-	-	-	(1.672)	(4.385)	-	-	(400.178)
Depreciação e Amortização	(350)	(111.057)	(195.742)	(39.334)	(3.425)	(1.655)	(19.131)	(1.254)	(1.086)	(5.698)	-	-	(378.732)
Obrigações Pós-Emprego	(2.572)	(11.491)	(36.785)	(9.415)	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.263)
Provisões Operacionais	(29.751)	(5.185)	(75.607)	(44.109)	-	-	(308)	-	-	(1.598)	-	-	(156.558)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	-	(62.181)	-	-	-	-	-	-	(62.181)
Outras Despesas Líquidas	(5.413)	(42.332)	(83.164)	(9.415)	(442)	(2.123)	(13.517)	(197)	(181)	(892)	-	-	(157.676)
OUTRAS RECEITAS (PASEPICOFINS)	(54.660)	(535.352)	(2.175.602)	(539.630)	(6.412)	(73.233)	(50.152)	(4.433)	(5.701)	(24.209)	-	-	(75.960)
Lucro Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrim. e Receitas (despesas)	16.728	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.728)
Financeiras	(37.458)	673.021	621.822	149.291	26.536	28.126	8.028	14.983	6.621	35.297			1.526.267
Resultado Financeiro	(7.402)	(242.645)	(57.267)	3.722	(4.948)	4.980	1.218	2.554	1.951	5.096	-	-	(169.566)
Lucro (prejuízo) Operacional	(44.860)	430.376	564.555	153.013	21.588	33.106	9.246	17.537	8.572	40.393			1.403.092
Resultado não Operacional	(3.931)	4.742	(15.156)	(4.818)	5	(4)	155	-	-	(289)	-	-	(19.296)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda, Contribuição Social	(48.791)	435.118	549.399	148.195	21.593	33.102	9.401	17.537	8.572	40.104			1.383.796
Imposto de Renda e Contribuição Social	(47.214)	(147.367)	(188.933)	29.337	(6.717)	(10.540)	(3.976)	(5.950)	(1.436)	(4.689)	-	-	(387.465)
REVERSÃO DOS JUROS SOBRE CAPITAL PRÓP.	-	94.394	75.172	-	-	-	-	-	-	-	-	(169.566)	-
Participações Minoritárias	-	-	-	(74.327)	-	-	(355)	-	-	-	-	-	(74.682)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(96.005)	382.145	435.638	103.205	14.876	22.562	5.070	11.587	7.136	35.415			921.629
Indicadores Econômico-Financeiros													
EBITDA	(53.636)	784.078	817.564	186.625	29.961	29.781	27.159	16.237	7.707	40.995	-	16.728	1.904.999
Itens não recorrentes	-	30.919	(29.245)	(40.750)	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.076)
EBITDA ajustado	(53.636)	814.997	788.319	147.875	29.961	29.781	27.159	16.237	7.707	40.995	-	16.728	1.865.923
Obrigações Pós-Emprego	2.572	11.491	36.785	9.415	-	-	-	-	-	-	-	-	60.263
EBITDA ajustado mais obrigações pós-emprego	(51.264)	826.488	825.104	157.290	29.961	29.781	27.159	16.237	7.707	40.995	-	16.728	1.926.186
NOPAT	(88.525)	444.767	408.265	178.255	18.138	19.278	4.519	9.901	5.848	32.242	-	57.652	1.090.342
NOPAT ajustado	(88.525)	475.686	379.020	137.505	18.138	19.278	4.519	9.901	5.848	32.242	-	57.652	1.051.266
Margem Líquida	-20254,22%	31,62%	15,57%	14,98%	45,15%	22,26%	8,71%	59,68%	57,91%	59,52%	-	0,00%	18,73%
Margem do EBITDA	-11357,81%	64,89%	29,23%	27,38%	90,93%	29,38%	46,68%	83,63%	62,55%	68,89%	-	-28,24%	38,72%
Margem do EBITDA ajustado	-11357,81%	67,45%	28,18%	21,46%	90,93%	29,38%	46,68%	83,63%	62,55%	68,89%	-	-28,24%	37,93%
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	-1,12%	13,38%	19,15%	48,68%	17,52%	15,47%	1,69%	12,48%	7,99%	12,36%	-	0,00%	12,25%
Índice de Endividamento Geral	13,35	57,82	73,83	64,17	62,88	48,41	11,86	24,25	9,10	23,18	100,00	9,16	63,54
Índice de liquidez corrente	0,95	1,50	1,08	1,92	1,28	1,44	1,69	1,94	3,90	1,76	-	-	0,95
Índice de Liquidez Geral	1,61	0,42	0,85	0,81	0,27	1,53	2,49	1,94	3,18	1,07	1,00	1,00	0,80

EBITDA (Earnings before interest rates, taxes, depreciation and amortization) - Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização.
NOPAT (Net operation profit after tax) - Lucro operacional reduzido pelo imposto de Renda e Contribuição social.

* * * * *

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Lucro do Período

A CEMIG apresentou, no primeiro semestre de 2007, um lucro líquido consolidado de R\$921.629, em comparação ao lucro líquido consolidado de R\$665.077 no primeiro semestre de 2006, um aumento de 38,57%. Este resultado deve-se principalmente ao aumento de 29,92% na receita com fornecimento bruto de energia elétrica, parcialmente compensado pelo aumento de 12,71% nos custos e despesas operacionais.

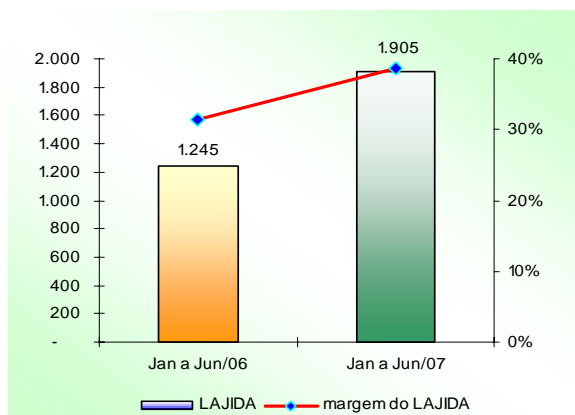
LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da CEMIG no primeiro semestre de 2007 foi de R\$1.904.999 comparados a R\$1.244.881 no mesmo período do ano anterior, um aumento de 53,03%. Ajustado aos itens não recorrentes o LAJIDA apresenta um aumento de 28,70%.

Como eventos extraordinários foram registrados em 2007:

- Ativo regulatório de CVA de compra de energia superior ao montante anteriormente registrado, com impacto positivo de R\$30.793, dos quais R\$29.245 referem-se ao exercício de 2006;
- Redução na receita no montante de R\$30.919 em função de revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às novas instalações de transmissão;
- Reversão de provisão para contingências no montante de R\$40.750, relativa a majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%, efetuada pela LIGHT, em função da decadência de exigibilidade do tributo.

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2007	30/06/2006	Var %
Lucro Líquido	921.629	665.077	38,57
+ Provisão IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	387.485	255.611	51,59
+ Resultado não Operacional	19.296	19.971	(3,38)
+ Resultado Financeiro	123.175	170.620	(27,81)
+ Amortização e Depreciação	378.732	302.812	25,07
- Juros s/ Capital Próprio	-	(169.067)	-
+ - Participação de Minoritários	74.682	(143)	-
= LAJIDA	1.904.999	1.244.881	53,03
Itens não recorrentes:			
+ Recomposição CVA da TUSD	-	93.265	-
+ Anuênio	-	177.425	-
- Reversão de provisão de RGR	-	(65.760)	-
- CVA Energia	(29.245)	-	-
- Reversão de Provisão para contingências - COFINS - Light	(40.750)	-	-
- Revisão da receita de transmissão - Resolução Homologatória n°496	30.919	-	-
= LAJIDA AJUSTADO	1.865.923	1.449.811	28,70



O crescimento do LAJIDA no primeiro semestre de 2007 em comparação ao primeiro semestre de 2006 deve-se, principalmente ao aumento na eficiência operacional e também pelos itens não recorrentes que afetaram o resultado em 2006. O melhor desempenho operacional verificado em 2007 refletiu-se na margem do LAJIDA, que passou de 31,49% no primeiro semestre de 2006 para 38,60% em 2007.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$6.344.180 no primeiro semestre de 2007 em comparação a R\$4.882.992 no primeiro semestre de 2006, um aumento de 29,92%.

Este resultado decorreu basicamente dos seguintes fatores:

- Reajuste tarifário na Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,05%, a partir de 8 de abril de 2006 (efeito integral em 2007);
- Reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 5,16%, a partir de 8 de abril de 2007;
- Aumento de R\$1.064.562 na receita bruta em função da consolidação da Rio Minas Energia Participações S.A. - RME, consolidada a partir do terceiro trimestre de 2006;

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	30/06/07	30/06/06	Var %
Residencial	4.405.064	3.310.420	33,07
Industrial	11.838.179	11.892.579	(0,46)
Comércio, Serviços e Outros	2.815.002	1.947.818	44,52
Rural	933.543	859.973	8,55
Poder Público	484.149	294.581	64,35
Iluminação Pública	613.032	523.272	17,15
Serviço Público	650.540	499.600	30,21
Total	21.739.509	19.328.243	12,48

Receita com suprimento

A receita com energia vendida a outras concessionárias foi de R\$457.768 no primeiro semestre de 2007 comparados a R\$324.108 no primeiro semestre de 2006. Este aumento decorre basicamente do aumento na quantidade de energia vendida (6.403.092 MWh em 2007 comparados a 4.988.424 MWh em 2006) em função, principalmente, da entrada em operação da usina de Irapé, no segundo semestre de 2006 e de um maior volume de energia negociada através de contratos bilaterais com comercializadoras de energia elétrica. A tarifa média foi de R\$71,49 em 2007 comparada a R\$64,97 em 2006, um aumento de 10,04%.

Receita de uso da rede

A Receita de uso da rede apresentou um crescimento de 7,47% correspondente a R\$71.242 (R\$1.025.162 em 2007 comparados a R\$953.920 em 2006).

Este crescimento decorre basicamente da maior receita de Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD da Cemig Distribuição e Light correspondente a R\$730.050 comparados a R\$665.583 em 2006, um aumento de 9,69%. Esta receita advém dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida por outros agentes do setor elétrico, e seu crescimento decorre principalmente da consolidação da RME que contribuiu com um aumento da receita num montante de R\$76.503.

Em função de Resolução ANEEL, a Cemig Distribuição excluiu das tarifas de TUSD, os encargos de CCC, CDE e PROINFA. A Companhia pleiteará junto a ANEEL, o ressarcimento das perdas no próximo reajuste tarifário.

Compõe ainda este saldo a receita de uso da rede básica e a receita de sistema de conexão nos montantes de R\$194.782 e R\$100.330, respectivamente. Vide nota explicativa nº 25 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Em junho de 2007, a CEMIG registrou uma redução na receita de uso da rede, no montante de R\$30.919, em função de revisão nos valores das receitas anuais permitidas vinculadas às novas instalações de transmissão integrantes da rede básica do sistema elétrico interligado e das demais instalações de transmissão para as concessionárias do serviço público de transmissão de energia elétrica, em atendimento a determinações da ANEEL. De acordo com a Resolução ANEEL nº 493, de 26 de Junho de 2007, a redução na receita das novas instalações foi de 24,58%, um impacto de aproximadamente 3,00% na receita total de uso da rede da Cemig Geração e Transmissão. Maiores explicações, vide nota explicativa nº 21 das Informações Trimestrais.

Custos não controláveis

As diferenças entre os somatórios dos custos não controláveis (também denominados "CVA") utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário e os desembolsos efetivamente realizados são compensados nos reajustes tarifários subseqüentes, sendo registrados no Ativo Circulante e Não Circulante como despesas antecipadas. Em função da reformulação do plano de contas da ANEEL, alguns itens foram transferidos para a conta Deduções à Receita Operacional. Maiores informações vide notas explicativas nº 2 e nº 8 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Deduções à receita operacional

As deduções à receita operacional foram de R\$2.722.119 no primeiro semestre de 2007 comparados a R\$2.116.755 no primeiro semestre de 2006, um aumento de 28,60%. As principais variações nas deduções à receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A dedução à receita referente a CCC foi de R\$244.596 no primeiro semestre de 2007 comparados a R\$222.049 no primeiro semestre de 2006, representando um aumento de 10,15%. Refere-se aos custos de operação das usinas térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados entre os concessionários de energia elétrica através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a dedução à receita registrada corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A dedução à receita referente a CDE foi de R\$194.059 no primeiro semestre de 2007 comparados a R\$151.135 no primeiro semestre de 2006, um aumento de 28,40%. Os pagamentos são definidos através de Resolução da ANEEL. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Reserva Global de Reversão - RGR

A RGR no primeiro semestre de 2007 correspondeu a uma dedução à receita no montante de R\$79.778. No primeiro semestre de 2006 correspondeu a uma adição à receita no montante de R\$14.948. A adição à receita, em 2006, deve-se a um ajuste na provisão referente ao exercício de 2004, no montante de R\$65.760, em função da homologação pela ANEEL da referida despesa em um montante inferior ao estimado pela Companhia.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento, portanto, as suas variações são diretamente proporcionais à evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) no primeiro semestre de 2007 foram de R\$3.393.424 comparados a R\$3.010.811 no primeiro semestre de 2006, um aumento de 12,71%. Este resultado decorre principalmente da variação dos custos com compra de energia elétrica e despesas com depreciação e amortização, sendo parcialmente compensado por uma redução nas despesas com pessoal. Vide maiores informações na nota explicativa nº 28 das Informações Trimestrais Consolidadas.

As principais variações nas despesas estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal no primeiro semestre de 2007 foi de R\$493.522 comparados a R\$614.226 no primeiro semestre de 2006, uma redução de 19,65%. Este resultado decorre principalmente da provisão para indenização dos anuênios futuros dos empregados, feita em junho de 2006, no montante de R\$177.425, compensada parcialmente pelo reajuste salarial de 4% concedido aos empregados em novembro de 2006 e pelo aumento de 3,37% na quantidade de empregados que passou de 10.499 empregados em junho de 2006 para 10.853 em junho de 2007. Vide a composição da despesa com pessoal na nota explicativa nº 28 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda no primeiro semestre de 2007 foi de R\$1.251.612 comparados a R\$1.000.583 no primeiro semestre de 2006, um aumento de 25,09%. Este é um custo não controlável, sendo que a despesa reconhecida no resultado

corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa. Vide maiores informações na nota explicativa nº 28 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Depreciação/Amortização

A despesa com depreciação e amortização apresentou um aumento de 25,07% na comparação entre os períodos, R\$378.732 no primeiro semestre de 2007 comparados a R\$302.812 no primeiro semestre de 2006. Esta variação decorre principalmente da consolidação da RME que contribuiu com um aumento da despesa num montante de R\$39.334 e da entrada em operação da Usina de Irapé, no segundo semestre de 2006.

Obrigações Pós-Emprego

A despesa com obrigações pós-emprego foi de R\$60.263 no primeiro semestre de 2007, comparados a R\$75.055 no primeiro semestre de 2006, representando uma redução de 19,71%. Estas despesas representam basicamente os juros incidentes sobre as obrigações atuariais da Companhia, líquidos do rendimento esperado dos ativos dos planos, estimados por atuário externo. A redução na despesa decorre do maior crescimento dos ativos do plano de pensão em relação às obrigações com os participantes.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais foram de R\$156.558 no primeiro semestre de 2007 comparados a R\$79.992 no primeiro semestre de 2006, um aumento de 95,72%. Este aumento decorre principalmente de uma maior provisão para créditos de liquidação duvidosa que passaram de R\$43.562 no primeiro semestre de 2006 para R\$79.301 no primeiro semestre de 2007 (R\$37.188 provisionados pela RME) e da provisão para processos administrativos da ANEEL, no valor de R\$30.000, constituída em março de 2007. Vide maiores informações nas notas explicativas nº 22 e nº 28 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

A despesa com encargos de uso da rede de transmissão no primeiro semestre de 2007 foi de R\$400.178 comparados a R\$421.735 no primeiro semestre de 2006, uma redução de 5,11%. Esta redução deve-se principalmente ao valor registrado na despesa, no primeiro semestre de 2006, de parcela da CVA constituída em 2005, no montante de R\$93.265 em função de uma nova interpretação da ANEEL com relação aos critérios de constituição da CVA.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica pela utilização das instalações, componentes da rede básica, conforme definido através de Resolução pela ANEEL. Este é um custo não controlável na atividade de distribuição, sendo que a despesa reconhecida no resultado corresponde ao valor efetivamente repassado para a tarifa.

Gás Comprado para Revenda

O custo com compra de gás para revenda foi de R\$62.181 no primeiro semestre de 2007 comparados a R\$76.399 no primeiro semestre de 2006, uma redução de 18,61%. Esta variação deve-se principalmente à redução na quantidade comprada nos períodos comparados; 164.678 mil m3 no primeiro semestre de 2007 comparados a 198.101 mil m3 no primeiro semestre de 2006.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado no primeiro semestre de 2007 foi uma despesa financeira líquida de R\$123.175 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$170.620 no primeiro semestre de 2006. Os principais fatores que impactaram o resultado financeiro estão relacionados a seguir:

- Aumento da receita e da despesa com variação monetária do Acordo Geral do Setor Elétrico. A receita foi de R\$317.012 no primeiro semestre de 2007 comparados a R\$173.775 no primeiro semestre de 2006. A despesa foi de R\$106.789 no primeiro semestre de 2007 comparados a R\$33.348 no primeiro semestre de 2006. Estas variações, na receita e na despesa, decorrem principalmente dos seguintes fatores:
 - Ajuste do ativo e do passivo regulatórios da Cemig Distribuição, no segundo trimestre de 2007, em decorrência de critérios de atualização definidos pela ANEEL. As atualizações do ativo e do passivo têm contrapartidas na receita e despesa financeiras, respectivamente, e, portanto não impactaram o resultado do período.
 - Ajuste da receita com variação monetária sobre o acordo geral do setor elétrico no valor de R\$99.833 decorrente de critérios de atualização definidos pela ANEEL para o ativo referente às transações com energia livre durante o período do racionamento. Este procedimento não afetou o resultado financeiro em decorrência de um aumento correspondente na provisão para perdas com transações de energia livre. Em função desta provisão, a rubrica Provisão para Perdas na Recuperação dos Valores da Recomposição Tarifária Extraordinária e Energia Livre passou de R\$47.149 no primeiro semestre de 2006 para R\$136.929 no primeiro semestre de 2007. Vide nota explicativa nº 29 das Informações Trimestrais Consolidadas.
- Despesas com encargos de empréstimos e financiamentos no montante de R\$409.356 no primeiro semestre de 2007 comparados a R\$319.877 no mesmo período de 2006, um aumento de 27,97%. Este aumento decorre principalmente de novos empréstimos contratados no segundo semestre de 2006 e primeiro trimestre de 2007.
- Redução de 40,73% na receita com variação monetária e juros incidentes sobre o Reajuste Tarifário Diferido, R\$61.017 no primeiro semestre de 2007 comparados a R\$102.943 no primeiro semestre de 2006. Este resultado deve-se principalmente à redução do ativo na comparação entre os dois períodos em consequência do recebimento dos valores nas contas de energia. Maiores explicações vide nota explicativa nº 11 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 29 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A CEMIG apurou, no primeiro semestre de 2007, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$387.485 em relação ao lucro de R\$1.383.796 antes dos efeitos fiscais, um percentual de 28,00%. No primeiro semestre de 2006, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$255.611 em relação ao lucro de R\$751.478, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 34,01%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 10 das Informações Trimestrais Consolidadas.

Foi registrado em junho de 2007 o valor de R\$81.924 referente a créditos fiscais extraordinários, reconhecidos pela Light, referentes a exercícios anteriores. Maiores informações na Nota Explicativa nº 10 das Informações Trimestrais Consolidadas.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Informações não revisadas pelos Auditores Independentes

Relações com Investidores

Adotamos uma política de total transparência em nosso relacionamento com o mercado de capitais, com o objetivo de possibilitar aos acionistas a correta valorização de seu investimento em nossas ações. Para isso, utilizamos os seguintes meios:

- Nossa página na internet está disponibilizada em três idiomas (português, inglês e espanhol);
- Reuniões com investidores no Brasil e no Exterior, road shows (visitas de apresentação aos investidores) ou reuniões individualizadas;
- Participações em eventos, congressos e seminários voltados aos investidores;
- Divulgação ampla de comunicados através da internet;
- Teleconferências e videoconferências;
- Arquivamento de comunicados, avisos aos acionistas e fatos relevantes nos órgãos reguladores dos mercados de capitais no Brasil (CVM) e no exterior (SEC).

Destacamos que as divulgações dos resultados trimestrais e anual são realizadas através de apresentações transmitidas via vídeo webcast e teleconferência, com tradução simultânea para o inglês, contando com a presença do Presidente do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Companhia.

Em 2006 participamos de 83 seminários e encontros com investidores, 7 congressos e conferências no Brasil e no exterior, 7 road shows no exterior e no Brasil, além de um grande número de reuniões, teleconferências e videoconferências com analistas e investidores, que ultrapassaram a marca de 260 reuniões. De 10 a 12 de maio de 2007, realizamos o 12º Encontro Anual da CEMIG com o Mercado de Capitais, juntamente com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – Apimec Nacional, em Tiradentes incluindo uma visita técnica à Usina Hidrelétrica de Itutinga, Minas Gerais.

Governança Corporativa

Buscamos o desenvolvimento sustentável da Empresa por meio de um equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais de nossos empreendimentos. Dessa forma, procuramos sempre aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais “stakeholders”.

Nossa política de Governança Corporativa consiste na adoção das melhores práticas, de forma a garantir o acesso ao mercado de capitais para financiar nossos projetos de expansão, reduzindo o custo médio ponderado de capital e agregando valor aos investimentos.

Em 2001 aderimos ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, garantindo aos nossos acionistas melhores práticas de relacionamento com os investidores. Ademais, por estar listada na NYSE (Bolsa de Nova Iorque), nossa Companhia também está sujeita à regulamentação da Securities and Exchange Commission e ao Manual de Companhias Listadas na NYSE (Bolsa de Nova Iorque). Em Junho de 2007 lançamos na NYSE, o programa de American Depositary Receipts-ADR, lastreado em ações ordinárias, sem novas emissões de ações. Possuímos, também, ações preferenciais listadas na LATIBEX (Bolsa de Madri) desde 2002. A partir de Junho de 2007, as ações desta Companhia passaram a ser negociadas de forma agrupada, na proporção de 500 (quinhentas) ações do valor nominal de R\$0,01 (um centavo), para 1 (uma) ação da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00 (cinco reais), assim, as ações representativas do capital social passaram a ser negociadas, exclusivamente, com cotação unitária.

Ao final de 2006 completamos a adequação de nossos processos relevantes, relacionados com as Demonstrações Financeiras Consolidadas, aos requisitos da seção 404 da lei americana Sarbanes Oxley.

Nossa Empresa possui uma estrutura de comitês corporativos que garante a tomada de decisões estratégicas a partir de critérios técnicos. Adotamos um sistema de rodízio de nossos auditores independentes com periodicidade de cinco anos e não contratamos, com eles, serviços de consultoria.

Temos nossa Declaração de Princípios Éticos e o Código de Conduta Profissional. A declaração e o código traduzem a nossa cultura e se alinham com a forma como conduzimos nossos negócios, frente aos desafios de um mercado cada vez mais exigente e competitivo.

Nosso Estatuto inclui metas do Plano Diretor e da Política de Dividendos:

- endividamento consolidado da Companhia igual ou inferior a 2 (duas) vezes o LAJIDA;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 40%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 5% do LAJIDA;
- o montante dos recursos destinados a investimentos de capital, por exercício social, limitado a, no máximo, 40% do LAJIDA;
- investir somente em projetos de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica que ofereçam taxas internas de retorno reais mínimas iguais ou superiores àquelas previstas no Plano Diretor, ressalvadas as obrigações legais;
- manter as despesas da CEMIG Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica, em montantes não superiores aos reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias;
- manter as receitas da CEMIG Distribuição S.A. e de qualquer controlada que exerça a atividade de distribuição de energia elétrica nos valores reconhecidos nos reajustes e revisões tarifárias.

Essas metas, mediante prévia aprovação do Conselho de Administração, poderão ser ultrapassadas por motivos conjunturais, até os seguintes limites:

- endividamento consolidado da Companhia em valor igual ou inferior a 2,5 vezes o Lajida;
- relação consolidada de endividamento medida por “dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido)”, limitada a 50%;
- saldo consolidado dos recursos registrados em ativo circulante igual a, no máximo, 10% do LAJIDA;
- montante consolidado dos recursos destinados a investimentos de capital e à aquisição de quaisquer ativos, nos exercícios sociais de 2006 e 2007, limitado a, no máximo, 65% e 55% do LAJIDA, respectivamente.

Desde 2002, adotamos uma Política de Divulgação e Uso de Informações, aprovada pelo Conselho de Administração e aplicável a todos os administradores, acionistas controladores, Conselheiros Fiscais e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas e consultivas com o objetivo de coibir o uso de informações privilegiadas conforme estabelecido na Instrução 358 da CVM. Divulgamos nossos resultados em BRGAPP e USGAPP.

O acordo de acionistas assinado entre o governo de Minas Gerais e a Southern Electric Brasil Ltda – SEB, em 1997, encontra-se anulado judicialmente. Os recursos impetrados pela SEB estão em tramitação na justiça federal.

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração foi eleito em 28 de abril de 2006 através do mecanismo de voto múltiplo, conforme artigo 141, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dos atuais 14 integrantes efetivos do Conselho de Administração da CEMIG, oito foram eleitos pelo acionista Estado de Minas Gerais, cinco pela Southern Electric Brasil Participações Ltda. - SEB e um pelos acionistas minoritários detentores de ações preferenciais. Deve-se destacar que temos um conselheiro indicado pelo acionista majoritário que representa o sindicato dos empregados. Nosso Conselho é multidisciplinar, integrado por membros com formação em diversas áreas Administração de Empresas, Engenharia, Advocacia, Diplomacia e outras, com grande experiência na gestão de negócios observando, assim, a boa prática de trazer para o Conselho uma ampla diversidade de competências e experiências. A remuneração dos conselheiros é 20% da média do que percebem nossos diretores e não inclui opção de compra de ações.

O mandato dos atuais membros é de 3 anos e expira na Assembléia Geral Ordinária a realizar-se em 2009.

Além das definidas em lei são responsabilidades e atribuições de nosso Conselho:

- deliberação, prévia à celebração, sobre os contratos entre a CEMIG e acionistas ou controladores destes;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, atos ou outros negócios jurídicos de valor igual ou superior a R\$ 5 milhões;
- autorização da emissão de títulos do mercado interno ou externo para a captação de recursos;
- aprovação do Plano Diretor e de suas revisões, do Plano Plurianual e Estratégico e suas revisões e do Orçamento anual;
- a fixação da orientação geral dos negócios da CEMIG.

Nosso Conselho de Administração se reuniu 31 vezes durante o ano de 2006 para discutir o planejamento estratégico, projetos de expansão, aquisições de novos ativos, entre outros assuntos.

Em 2006, foi aprovada a criação de comitês constituídos por membros do Conselho de Administração para, previamente, analisarem e discutirem as matérias a serem deliberadas naquele fórum, conforme a seguir:

- Comitê de Apoio ao Conselho de Administração;
- Comitê de Governança;
- Comitê de Recursos Humanos;
- Comitê de Estratégia;
- Comitê Financeiro; e,
- Comitê de Auditoria e Riscos.

Uma relação com os nomes de seus membros está disponível em nossa página da internet: www.cemig.com.br item Institucional, subitem Diretoria e Conselhos.

Comitê de Auditoria

Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos por exercer a isenção permitida pelo Exchange Act, regra 10-3A e regulamentada pela publicação da SEC, release 82-1234, que aceita a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria conforme definido pela Lei Sarbanes Oxley.

Diretoria Executiva

Nossa Diretoria Executiva é composta por sete membros que têm suas funções individuais estabelecidas no estatuto social, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos. Sua principal responsabilidade é a gestão dos negócios da empresa, obedecendo ao Plano Estratégico Plurianual. É integrada por membros com capacitação técnica Engenharia e Administração de Empresas, e com grande experiência na gestão de negócios, sendo que um é empregado e 2 são ex-empregados da Companhia. Sua remuneração é estabelecida anualmente pela Assembléia Geral Ordinária. É permitido o exercício do cargo concomitante e não remunerado em cargos de administração de subsidiárias integrais, controladas e coligadas da CEMIG, a critério de seu conselho de administração, competindo-lhes, porém, obrigatoriamente, o exercício dos cargos correspondentes na CEMIG Geração e Transmissão S/A e na CEMIG Distribuição S/A.

Os diretores têm responsabilidades individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração e Estatuto Social, como :

- gestão corrente dos negócios da Empresa, obedecendo o Estatuto Social, o Plano Diretor, o Plano Plurianual e Estratégico e o Orçamento Anual;
- revisar anualmente o Plano Diretor;
- deliberação sobre alienação de bens, empréstimos e financiamentos, constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente, garantias a terceiros, atos ou outros negócios jurídicos de valor inferior a R\$ 5 milhões;

O mandato dos atuais diretores expira na 1ª reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembléia Geral Ordinária de 2009.

A Diretoria Executiva se reúne, normalmente, uma vez por semana. Em 2006, foram realizadas 70 reuniões.

Uma relação com os nomes e currículos resumidos de seus membros está disponível em nossa página da internet: www.cemig.com.br item Institucional, subitem- Diretoria e Conselhos.

Conselho Fiscal

Temos um Conselho Fiscal permanente e estatutário. O mandato atual expira em abril de 2008. Nosso Conselho Fiscal é multidisciplinar, integrado por membros com diversas competências Finanças, Direito, Administração de Empresas e outras. A remuneração dos conselheiros é 10% da média do que percebem os diretores. Em 2006, foram realizadas 11 reuniões do Conselho Fiscal. Além das atribuições previstas na Lei 6404, no que se refere aos requisitos da Lei Sarbanes Oxley, à qual estamos sujeitos por termos nossas ações registradas na Securities and Exchange Commission – SEC, órgão regulador do mercado de capitais dos EUA, optamos

por exercer a isenção permitida que aceitou a atuação do Conselho Fiscal como alternativa ao Comitê de Auditoria.

Uma relação com os nomes de seus membros está disponível em nossa página da internet: www.cemig.com.br item Institucional, subitem Diretoria e Conselhos.

Lei Sarbanes-Oxley

O Projeto CEMIG-SOX tem como objetivo a certificação do sistema de controles internos relacionados com a elaboração dos relatórios financeiros e com os procedimentos de divulgação das informações e fatos relevantes da Empresa, atendendo às exigências da SEC - Security and Exchange Commission, agência federal norte-americana autorizada a emitir regulamentos e a fazer cumprir as determinações e providências emanadas do mercado de capitais norte-americano.

As atividades do Projeto foram intensificadas em janeiro de 2006, com a participação em tempo integral de 40 empregados da Empresa oriundos de diversas áreas, além do apoio de consultores contratados.

A partir de uma análise do balanço consolidado e da nossa matriz de riscos, identificamos e mapeamos 25 processos relevantes relacionados com as demonstrações financeiras consolidadas e selecionamos, inicialmente, 950 controles, sendo que desses, 450 foram classificados como controles chave, capazes de proporcionar uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras da Companhia e de suas subsidiárias foram registradas, processadas e divulgadas de acordo com as normas, prazos e formatação estipulados pela SEC.

Este trabalho proporcionou a revisão dos processos relevantes e a validação do desenho dos controles internos relacionados com as demonstrações financeiras consolidadas. Constatamos que na maioria dos processos analisados, os procedimentos de controles internos, já adotados pela Companhia, mostraram-se eficazes após os testes de auditoria, o que possibilitou à Diretoria Executiva da Companhia emitir um relatório conclusivo sobre a eficácia dos controles internos.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

A CEMIG opera em ambientes onde fatores como a consolidação setorial, globalização, tecnologia, regulamentação, reestruturações, variações de mercado e competição criam incertezas. Portanto, torna-se necessário estimar precisamente a probabilidade de ocorrência de um potencial evento e os seus impactos nos resultados empresariais associados.

Procuramos fazer o alinhamento com o Planejamento Estratégico da CEMIG, o qual tem definido os objetivos estratégicos dos processos de negócio da empresa. A partir dos objetivos estratégicos são identificados os riscos que poderão comprometer as metas caso estes venham se materializar.

Salientamos os princípios relevantes que norteiam a consolidação do gerenciamento de riscos da CEMIG:

- reduzir uma volatilidade de performance não aceitável;
- substituir o método de gestão de riscos efetuado em silos organizacionais por uma visão norteada pela estrutura de processos da cadeia de valor corporativo;
- maximizar o nível de confiança dos investidores e demais stakeholders;
- atender aos princípios de governança corporativa em seu mais alto nível, incluindo os requisitos de “compliance”;
- propiciar respostas rápidas e efetivas na ocorrência de alterações do ambiente de negócios;
- alinhar a estratégia empresarial e a cultura corporativa.

Procurando atender aos objetivos mencionados foi implantada em 2003 a estrutura de gerenciamento de riscos corporativos na CEMIG. Em 2004 ocorreu a 1ª revisão da matriz de riscos e em 2005/2006 a 2ª revisão cujo objetivo foi identificar alterações em relação ao nível de desempenho esperado de cada processo. Tem-se percebido uma melhoria na efetividade dos controles, um comprometimento na implementação dos planos de ação mitigadores propostos e, conseqüentemente, a redução do impacto e da probabilidade de ocorrência de inúmeros riscos.

A metodologia de mensuração de riscos utilizada pela CEMIG é a Metodologia ORCA, implementada em projeto, iniciado em 2003 com a consultoria da PriceWaterhouseCoopers, que prevê a combinação de técnicas de análise qualitativa, semi-qualitativa e quantitativa. Utilizamos o Sistema de Gestão Integrada de Riscos – SGIR, o qual retrata a metodologia acima citada. Além disso, a CEMIG possui um site de acesso dos empregados com informações precisas sobre o processo. O Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos é subordinado ao Conselho de Administração.

Categorização dos riscos corporativos da CEMIG

- Riscos Estratégicos: falta de capacidade ou habilidade em proteger-se ou adaptar-se às mudanças internas e externas que possam interromper o alcance de objetivos e a execução da estratégia planejada
- Riscos de Conformidade: não cumprimento das legislações externas aplicáveis ao seu negócio e/ou não elaboração, divulgação e cumprimento suas normas e procedimentos internos.
- Riscos Financeiros: inadequada gestão de caixa, das aplicações de recursos em operações novas/desconhecidas e/ou complexas e/ou de alto risco. Estão associados à volatilidade do preço de ativos (taxa de juros, câmbio, patrimônio, instrumentos financeiros), liquidez (fluxo de caixa, custo de oportunidade, concentração) e crédito (cumprimento, concentração e garantia).
- Riscos de Recursos Humanos: ineficiência em gerir seus recursos humanos de forma alinhada aos objetivos estratégicos definidos.
- Riscos Ambientais: gestão inadequada de questões ambientais e/ou da falta de realização de boas práticas ambientais requeridas pelos negócios.
- Riscos de Tecnologia da Informação e Telecomunicações: obsolescência, indisponibilidade ou ineficiência sistemas informatizados, equipamentos de tecnologia e/ou de telecomunicações.
- Riscos Operacionais: a inadequação ou falha dos processos internos das unidades de negócio da empresa.

Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional

O Conselho de Administração da CEMIG aprovou a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional com os objetivos de aprimorar o sistema interno de governança corporativa e incrementar a transparência, a qual foi distribuída a todos empregados e está disponível na nossa página da internet (www.cemig.com.br).

Seus principais objetivos são:

- orientar e disciplinar a atuação de empregados, gerentes, administradores (membros do Conselho de Administração e Diretores) e membros do Conselho Fiscal da CEMIG;
- servir de referência para a verificação de conformidade em relação ao cumprimento deste Código;
- orientar o Comitê de Ética da CEMIG na avaliação e deliberação sobre possíveis descumprimentos e em relação à necessidade de revisões desse Código.

Aplica-se, também, a contratados e prestadores de serviço.

A Declaração e o Código são amplamente divulgados a todos os empregados, com ações permanentes junto aos gerentes para multiplicação do assunto em suas áreas de atuação.

Também, nosso processo de seleção e contratação de empregados incorpora uma palestra sobre a Declaração e o Código, ao final da qual os novos empregados assinam o compromisso de adesão aos princípios e normas de conduta estabelecidos durante sua permanência na empresa.

Em abril de 2006, a GASMIG divulgou, oficialmente, sua Declaração de Princípios e o Código de Conduta Profissional e sua implementação contou com workshop e outras atividades para todo o quadro de pessoal da empresa.

Comissão de Ética

Foi constituída em 12 de agosto de 2004 e é composta por 3 membros titulares e 3 suplentes, sendo responsável pelo gerenciamento do Código de Conduta Profissional (interpretação, divulgação, aplicação e atualização).

A Comissão recebe e apura todas as denúncias de violação dos princípios éticos e normas de conduta, desde que apresentadas por documento escrito e assinado pelo interessado a ser encaminhado para o endereço: CEMIG – Av Barbacena 1200 SA/17º/B2, o qual deverá estar acompanhado da indicação dos meios de prova correspondentes (testemunhas, documentos ou outro meio idôneo). Pode ainda ser contatada através de e-mail ou telefone, amplamente divulgados entre os funcionários da Empresa.

Implantamos em dezembro de 2006 o Canal de Denúncias anônimas, disponível na intranet corporativa, e que tem como finalidade acolher, encaminhar e processar denúncias de práticas irregulares, como fraudes financeiras, apropriação indevida de bens, recebimento de vantagens irregulares e contratações ilegais. Esse canal representa mais um passo da companhia em direção a melhorar a transparência, correção e do próprio conceito de governança corporativa na CEMIG. A adesão deste instrumento de governança corporativa melhora a gestão de nossos empregados e do nosso negócio e reafirma nossos preceitos éticos.

A Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional da CEMIG está consolidada em 11 Princípios, que traduzem condutas e valores éticos incorporados à sua cultura. Ela está disponível em nossa página da internet: <http://cemig.infoinvest.com.br>.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 30.06.2007

ACIONISTA	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL DE AÇÕES	
		%		%		%
Estado de Minas Gerais	108.348.914	50,96	-	-	108.348.914	22,27
Outras Entidades do Estado	28.657	0,01	5.329.764	1,95	5.358.421	1,09
Total						
Controlador Southern Electric Brasil Part. Ltda.	108.377.571	50,97	5.329.764	1,95	113.707.335	23,37
	70.088.868	32,96	-	-	70.088.868	14,41

QUOTISTAS DA SOUTHERN ELECTRIC BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. EM 30.06.2007

Item	Nome	Quantidade de Quotas	%
1	Cayman Energy Traders	321.480.876	91,75
2	524 Participações S/A	28.913.419	8,25

1 – Companhia estrangeira

2 – Companhia aberta, sendo que o Fundo Opportunity Alfa FIA detém 99,99% do seu capital.

AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	30.06.2007		30.06.2006	
	ON	PN	ON	PN
CONTROLADOR	108.377.571	5.329.764	36.125.857.399	2.392.006.570
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Márcio Araújo de Lacerda	1	-	-	-
Djalma Bastos de Moraes	-	40	-	13.400
Francelino Pereira dos Santos	1	-	-	1
Antônio Adriano Silva	1	-	-	1
Nilo Barroso Neto	-	-	-	1
Wilson Nélio Brumer	1	-	-	1
Haroldo Guimarães Brasil	3	-	1.000	-
Carlos Augusto Leite Brandão	6	-	1.950	-
Andréa Paula Fernandes Pansa	6	-	1.950	-
Evandro Veiga Negrão de Lima	5.999	-	1.924.241	-
Wilton de Medeiros Daher	2	-	2	-
Aécio Ferreira da Cunha	1	-	5.866	1.461
José Augusto Pimentel Pessôa	6	-	1.950	-
Maria Estela Kubitscheck Lopes	1	-	-	1
Alexandre Heringer Lisboa	1	-	-	1
Fernando Lage de Melo	-	-	-	1
Francisco de Assis Soares	1	-	-	-
Lauro Sérgio Vasconcelos David	1	-	1	-
Luiz Antônio Athayde Vasconcelos	1	-	-	290
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	-	1
Guilherme Horta Gonçalves Junior	1	-	-	1
Antônio Renato do Nascimento	1	-	1	-
Eduardo Leite Hoffmann	1	-	1	-
Maria Amália Delfim de Melo Coutrim	1	-	-	1
Andréa Leandro Silva	6	-	1.950	-
Eduardo Castilho de Vasconcellos Costa	-	-	1	-
Eduardo Lery Vieira	1	-	-	1
Luiz Aníbal de Lima Fernandes	-	-	8	-
Nohad Toufc Harati	1	-	-	-
Luiz Henrique de Castro Carvalho	-	-	-	1
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	303	-	-
Franklin Moreira Gonçalves	1	-	-	1

NOME	POSIÇÃO DE AÇÕES			
	30.06.2007		30.06.2006	
	ON	PN	ON	PN
DIRETORIA EXECUTIVA				
Djalma Bastos de Moraes	-	40	-	13.400
Celso Ferreira	-	-	1	-
José Carlos de Mattos	-	-	-	-
Flávio Decat de Moura	-	-	-	1
Luiz Fernando Rolla	1	-	-	-
Heleni de Mello Fonseca	-	-	1	-
Marco Antônio Rodrigues da Cunha	1	-	-	1
Elmar de Oliveira Santana	-	-	1	-
Fernando Henrique Schuffner Neto	-	303	-	-
José Maria de Macedo	-	338	-	112.962
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	1	-	-	-
CONSELHO FISCAL				
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	-	-	-	-
Luiz Guarita Neto	-	-	-	-
Luiz Otávio Nunes West	-	-	-	-
Celene Carvalho de Jesus	-	-	-	-
Thales de Souza Ramos Filho	-	-	-	-
Marcus Eolo de Lamounier Bicalho	-	-	-	-
Ronald Gastão Andrade Reis	-	-	-	-
Leonardo Guimarães Pinto	-	-	-	-
Ari Barcelos da Silva	-	-	-	-
Augusto Cezar Calazans Lopes	-	-	-	-
Carlos Volpe de Paiva	-	-	-	1.692
Aliomar Silva Lima	-	-	-	-

**AÇÕES EM CIRCULAÇÃO
(EXCLUÍDAS AS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS)**

DATA	AÇÕES ORDINÁRIAS	%	AÇÕES PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%
30.06.2007	104.238.887	49,03	268.300.528	97,98	372.539.415	76,58
30.06.2006	34.746.371.600	49,03	88.818.386.310	97,30	123.564.757.910	76,20

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

1. Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais (ITR) da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e dessa Companhia e suas controladas referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2007, compreendendo o balanço patrimonial e o balanço patrimonial consolidado dessa Companhia e suas controladas, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado consolidado, o relatório de desempenho e as informações relevantes, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A revisão especial das informações trimestrais (ITR) da controlada indireta em conjunto, Light S.A., em 30 de junho de 2007 foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes. Nas informações trimestrais da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. a participação nesta empresa é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, e representa investimento de R\$ 400,4 milhões, e a participação desse investimento no resultado neste trimestre totalizou R\$ 98,5 milhões de lucro. As informações trimestrais dessa investida, com ativos totais proporcionais de R\$ 1.128,1 milhões em 30 de junho de 2007, são incluídas nas informações trimestrais consolidadas. Nosso relatório, no que se refere aos valores gerados por essa empresa no trimestre referido, está fundamentado exclusivamente na revisão efetuada pelos auditores independentes da Light S.A.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
3. Baseados em nossa revisão especial, e no relatório de revisão especial de outros auditores independentes, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, especificamente aplicáveis à elaboração das informações trimestrais obrigatórias.

4. Nossa revisão especial foi efetuada com o objetivo de emitirmos um relatório de revisão especial sobre as informações trimestrais (ITR) referidas no primeiro parágrafo. As demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e suas controladas relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2007, representam informações complementares àquelas informações trimestrais, as quais não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão especial aplicados às informações trimestrais e não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.
5. Conforme descrito nas notas explicativas n.ºs. 5, 6, 7 e 16, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e controladas possuem registrados ativos e passivos relativos a operações de venda e compra de energia e outras transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (anteriormente denominada como “MAE”). Referidos valores foram registrados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE para transações realizadas até 30 de junho de 2007, os quais podem ser modificados em função do desfecho de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado atacadista de energia em vigor à época em que as referidas transações foram realizadas.
6. As revisões especiais das informações trimestrais referentes aos trimestres findos em 31 de março de 2007 e 30 de junho de 2006, apresentadas para fins de comparabilidade, foram conduzidas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram relatórios de revisão especial sem ressalvas, datados de 8 de maio de 2007 e 7 de agosto de 2006, respectivamente, contendo parágrafos de ênfase quanto ao assunto comentado no parágrafo 5 acima, e quanto à mudança no percentual de reposicionamento tarifário da Cemig Distribuição S.A. em decorrência da revisão tarifária em caráter definitivo. Adicionalmente, o relatório sobre a revisão especial das informações trimestrais referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2007 continha um parágrafo de ênfase quanto à expiração das concessões de geração de energia elétrica das usinas hidrelétricas de Emborcação, Nova Ponte, Pandeiros, Rio das Pedras, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão, Luiz Dias e Santa Luzia. Em 14 de junho de 2007, o Ministério de Minas e Energia – MME renovou o prazo de concessão destas usinas por um período de 20 anos a contar da data de vencimento de cada contrato de concessão, sendo a assinatura dos contratos de renovação das concessões prevista para o segundo semestre de 2007.

08 de agosto de 2007

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0